

JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

ANTONIO
CESAR
COELHO
DE
MEDEIROS
PEREIRA
25/12/2025 21:26

CARLOS
AUGUSTO
GOMES
LOBO
26/12/2025 01:43

ILTON
SEBASTIAO
MAYES
PEQUENO
30/12/2025 09:13

JOSE CARLOS
BRAGA DE
LIMA-JOINIS
19/01/2026 08:19

REGINALDO
RIBEIRO
LESTENSKI
02/02/2026 07:52



ATA DE CORREIÇÃO ORDINÁRIA

1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO
Dia 13 de agosto de 2025



PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia,
acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP:
<https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

**Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região
(RO/AC)**

Corregedoria Regional
Rua Almirante Barroso, 600
Porto Velho, RO
Telefone (69) 3218-6392
<https://portal.trt14.jus.br/portal/corregedoria@trt14.jus.br>





JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região

Carlos Augusto Gomes Lôbo
Corregedor e Vice-Presidente do TRT da 14ª Região

Antonio César Coelho de Medeiros Pereira
Juiz Auxiliar da Corregedoria

Romário Pessoa de Oliveira
Secretário da Corregedoria

Herbert Rodrigues Lopes
Chefe do Núcleo de Atendimento e Acompanhamento de Magistrados

Ilton Sebastião Alves Pequeno
Chefe do Núcleo de Acompanhamento das Correições Regionais

Pedro Luiz Thaler Martini
Chefe da Seção de Análise e Suporte Jurídico

Aderson Rubim Ribeiro Junior
Chefe da Seção de Acompanhamento de Estágio Probatório de Magistrados

Rosembergue Batista Santos
Assistente

Djane Muniz Lobato
Assistente

Dafini de Paula Franco Saga Gomes
Assistente

Irony Rodrigues Távora
Assistente de Gabinete

Carlos Eduardo Melo Santana
Estagiário de Direito

Ana Laura Rodrigues Calixto
Estagiária de Direito

Paulo Victor Moreira de Oliveira
Estagiário de Direito



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



1. Jurisdição	07
2. Atuação dos Magistrados	07
2.1. Frequência dos(as) magistrados(as) na Unidade	08
3. Carga de Trabalho e IPS	10
3.1. Quadro de servidores	10
3.2. Carga de trabalho e Índice de produtividade por servidor (IPS)	11
4. Movimentação e Análise Processual	12
4.1. Fase de Conhecimento	12
4.1.1. Audiências	12
4.1.1.1. Pauta de audiência	12
4.1.1.2. Audiências designadas e realizadas	13
4.1.1.3. Audiências designadas	13
4.1.1.4. Audiências realizadas	13
4.1.1.5. Domicílio judicial Eletrônico	14
4.1.2. Taxa de produtividade	14
4.1.3. Taxa de congestionamento	15
4.1.4. Prazos médios	15
4.1.5. Provimento TRT 14ª N° 6/2015/SCR	16
4.1.6. Da análise de processos, por amostragem - fase de conhecimento	17
4.1.7. Perícias	20
4.1.7.1. Perícias realizadas e prazos	20
4.1.7.2. Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ-JT)	21
4.2. Fase de liquidação	22
4.2.1. Sentenças líquidas	22
4.3. Fase de execução	23
4.3.1. Produtividade	23
4.3.2. Execuções iniciadas, encerradas e pendentes	24
4.3.3. Execuções extintas	24
4.3.4. Prazo médio	25
4.3.5. Análise das diretrizes contidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, nos processos de execução	25
4.3.6. Documentos Históricos	29
4.3.7. Demais aspectos da execução	29
4.3.8. Expedição de Precatório Requisitórios e Requisições de Pequeno Valor - G-PREC	30
4.3.8.1. Requisição de pequeno valor	30
4.3.8.2. Precatórios	30

SUMÁRIO



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



4.3.8.3. Pendências Procedimentais e de Fluxo	31
4.3.9. Adesão aos Editais do Leilão Judicial Unificado	31
4.3.10. Execuções Fiscais	31
5. Prêmio CNJ de qualidade	32
5.1. Aspectos importantes relacionados	32
5.2. Controle de sobrestamento vencido	32
5.3. Normativo interna corporis - recomendação TRT 14ª	33
Nº 002/2023	
5.3.1. Fase de conhecimento	33
5.3.2. Fase de liquidação	33
5.3.3. Fase de execução	33
5.4. Temas de sobrestamento - Repercussão Geral	34
5.4.1. Julgamento e Acordos parciais	34
5.4.2. Lançamento e atualização das parcelas de acordos	35
6. Conciliação	35
6.1. Percentual bruto	35
6.2. Percentual de conciliação líquido	37
6.3. Recomendação 72 da CGTJ	37
7. Recursos remetidos ao 2º grau	38
8. Arrecadação e valores pagos aos autores	38
9. Prazos em geral	39
9.1. Prazos dos juízes	39
9.1.1. Audiência inaugural	40
9.1.2. Encerramento da instrução	40
9.1.3. Prolação de sentenças e decisões	41
9.1.4. Prazos para despachos	41
9.1.5. Processos pendentes de solução	42
9.2. Prazos da unidade	42
9.2.1. Prazos para conclusão	42
9.2.2. Prazo para cumprimento de determinações	42
9.3. Prazos do Oficial de Justiça	43
10. Atividades de docência dos Magistrados(as)	43
11. Sistema I-GEST	43
11.1. Âmbito regional/nacional	43
11.2. Âmbito regional	44
12. Cumprimento das metas nacionais do Poder Judiciário	44

SUMÁRIO



JUSTIÇA DO TRABALHO

Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região



12.1. Metas Nacionais para 2025	44
12.2. Análise Comparativa dos Quadros 43 e 44	45
12.3. Meta específica para justiça do trabalho	46
12.4. Plano de Trabalho 2025 referente as Metas CNJ	46
12.5. Monitoramento dos painéis estatísticos	47
13. Demandas em parceria com o centro de inteligência	47
14. Compartilhamento de experiências e iniciativas procedimentais	47
15. Responsabilidade socioambiental e sustentabilidade	48
16. Programas institucionais e destinação de valores	48
17. Aspectos da Lei N° 13.709/2018 - Lei Geral de Proteção aos Dados Pessoais (LGPD)	49
18. Obrigatoriedade da utilização do sistema PJECOR	49
19. Ferramenta WIKI	49
20. Inteligência artificial: CHAT-JT	50
21. Do núcleo de cooperação judiciária	51
22. Registros da Unidade	51
23. Recomendações do corregedor regional	51
23.1. Recomendações ao juízo	51
23.2. Providências pela Secretaria da Corregedoria	52
23.3. Recomendações prescritivas ao juízo	52
24. Agradecimento e encerramento	53
25. Informações pelo Gestor da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO-RO	54

SUMÁRIO





Dia: 13/08/2025

Horário de início: 10 horas

Corregedor e Vice-Presidente do TRT 14ª Região:
Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo

Em cumprimento às disposições legais e regimentais, foram iniciados os trabalhos na 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, relativos à Correição Ordinária divulgada no Edital nº 004/2025, publicado no Diário Eletrônico da Justiça do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região nº 4237/2025, em 06 de junho de 2025, na modalidade presencial, considerando o período de 10/07/2024 a 13/08/2025, com a participação do Juiz Auxiliar da Corregedoria, Antonio César Coelho de Medeiros Pereira, do Secretário da Corregedoria Regional em Substituição, Ilton Sebastião Alves Pequeno, demais servidores(as) da Secretaria da Corregedoria de forma remota, além do Assistente de Gabinete do Corregedor, Irony Rodrigues Távora.

A Correição Ordinária foi comunicada à Ordem dos Advogados do Brasil – Seccional de Rondônia, ao Ministério Público do Trabalho da 14ª Região, à AMATRA 14 e ao SINSJUSTRA, conforme expedientes anexos ao PJeCor nº 0000051-74.2025.2.00.0514. A equipe correcional foi recepcionada pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA, bem como pelo Juiz do Trabalho Substituto AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO, pelo Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau, REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI, e demais servidores(as) lotados(as) na Unidade.

JURISDIÇÃO



1. JURISDIÇÃO

Com a implementação da Resolução Administrativa nº 029, de 29 de abril de 2025, a jurisdição desta Unidade passou a compreender, a partir de 1º/06/2025, os municípios de Porto Velho, Candeias do Jamari, Itapuã do Oeste, Ariquemes, Alto Paraíso, Cacaulândia, Monte Negro, Rio Crespo, Buritis, Campo Novo de Rondônia, Guajará-Mirim, Nova Mamoré, Machadinho do D'Oeste, Cujubim e Vale do Anari, bem como respectivos distritos.

Atuação

2. ATUAÇÃO DOS MAGISTRADOS

No período abrangido pela Correição Ordinária, de 1º/06/2024 a 31/07/2025, foram registrados os afastamentos do Juiz Titular, JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA, e do Juiz Substituto AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO, designado a partir de 26 de outubro de 2024, Portaria GP nº 1003/2024, conforme discriminado a seguir:



QUADRO 1

JUIZ TITULAR JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA			
Afastamento	Início	Fim	Documento
PRESIDENTE AMATRA14	30/03/2023	13/03/2025	PORTARIA GP Nº 0978/2024 - RA 104/2024
FÉRIAS	17/03/2025	05/04/2025	PORTARIA GP N. 1379/2024
Cursos, Congressos e Afins	19/05/2025	23/05/2025	PORTARIA EJUD Nº 035/2025 (37º Encontro de Magistrados)

JUIZ SUBSTITUTO AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO (lotado na Unidade a partir de 26/10/2024 - Portaria GP nº 1003/2024, até 05/04/2025 retorno do Juiz Titular)			
Afastamento	Início	Fim	Documento
Cursos, Congressos e Afins	19/05/2025	23/05/2025	PORTARIA EJUD Nº 025/2025 (37º Encontro de Magistrados)

Excluídos os processos com declaração de suspeição, ao longo do intervalo correccionado, constam as seguintes atuações dos(as) Magistrados(as):

QUADRO 2

MAGISTRADO	PERÍODO	OBJETIVO	PORTARIA
LUÍSA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO	04, 05, 11 E 12/06/2024	Responder pela titularidade	PORTARIA GP Nº 0615/2024
POLLYANNA NUNES ARAÚJO	21 A 26/06/2024	Responder pela titularidade	PORTARIAS GP N. 0520/2024 e 0836/2024
LUÍSA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO	01 a 11/07/2024	Responder pela titularidade	PORTARIA GP Nº 0730/2024
SILMARA NEGRETT	12/07/2024 A 25/10/2024	Responder pela titularidade	PORTARIA GP N. 0867/2024
AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO	26/10/2024 A 05/04/2025	Responder pela titularidade	PORTARIA GP N. 1003/2024



2.1. FREQUÊNCIA DOS(AS) MAGISTRADOS(AS) NA UNIDADE

O art. 32, II, da CPGJT dispõe que é atribuição do Corregedor(a) Regional verificar a frequência do comparecimento do juiz(íza) titular, auxiliar e/ou substituto(a) na sede do Juízo.

A Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (CPCGJT), atualizada pelo Provimento nº 4/GCGJT, de 26 de setembro de 2023, traz como inovação o item II do art. 19, o qual versa sobre a possibilidade de fixação de residência em localidade diversa da comarca, cuja permissão não isenta o(a) Magistrado(a) da obrigatoriedade de se fazer presente, em suas respectivas Unidades, com periodicidade mínima de 3 (três) dias úteis semanais. À propósito do tema, mister salientar que a frequência mínima de 3 (três) dias úteis na semana permanece mandatória nas hipóteses de feriados regimentais, municipais, estaduais e/ou federais, quando assim, no quantitativo remanescente, for possível.



Com fulcro na Resolução Administrativa deste Regional nº 010, de 28 de fevereiro de 2023, a qual dispõe sobre a atuação presencial dos(as) juízes(ízas), a realização das audiências nas unidades judiciárias de 1º grau, e dá outras providências, bem como suas alterações subsequentes, resultou regulamentada a agenda dos(as) dirigentes e Juízes(ízas) dos Regionais, inclusive, no que diz respeito aos(às) Magistrados(as) volantes.

OBRIGATORIEDADE DE
FREQUÊNCIA DOS(AS)
MAGISTRADOS(AS) EM SUAS
UNIDADES, NO MÍNIMO, EM 3
DIAS ÚTEIS SEMANAIS.

Assim, conforme deliberações ocorridas no PJeCor nº 000032-39.2023.2.00.0514 (ID 2703006), estendeu-se a obrigatoriedade de comparecimento aos(as) Juízes(as) em atividade judicial ou administrativa, com exceção do(a) dirigente da entidade representativa de classe; dos(as) cedidos(as) a outros órgãos e dos(as) submetidos(as) ao regime especial de trabalho autorizados(as) pelo Tribunal Pleno (Resolução do CNJ nº 343/2020).

À exceção das hipóteses acima, permanece a obrigatoriedade da presença física do(a) Juiz(íza) na Unidade Judiciária a que esteja vinculado(a) em, no mínimo, 3 (três) dias úteis semanais, a incluir os(as) volantes, conforme as diretrizes estabelecidas no PJeCOR nº 0000032-39.2023.2.00.0514.

Frequência dos(as)
magistrados(as)

Nesse contexto, até o dia 20 (vinte) de cada mês, à exceção daqueles(as) submetidos(as) ao regime especial de trabalho autorizado pela Presidência (Resolução do CNJ nº 343/2020); do(a) dirigente da entidade representativa de classe e dos(as) cedidos(as) a outros órgãos (RA nº 093, de 20 de julho de 2023), deverão alimentar a ferramenta eletrônica institucional de forma a disponibilizar a agenda de comparecimento do mês subsequente, cujo teor é publicado, a tempo e modo, no sítio deste Tribunal.

Em consulta aos registros pertinentes, relativos aos Magistrados da unidade, atesta-se o regular preenchimento da agenda de comparecimento, na forma do normativo em referência.

Registra-se, por oportuno, que tramitou neste Regional o PJeCor nº 0000032-39.2023.2.00.0514, contendo proposta de regulamentação, a qual, levada à apreciação do Tribunal Pleno, resultou, à unanimidade, a revogação do art. 1º, § 4º, da Resolução Administrativa nº 124, de 19 de outubro de 2023, o qual dispunha acerca das hipóteses de ausência de informação em agenda de(as) Magistrados(as) e suas implicações.

No concernente à residência, em consulta ao PJeCor de nº 0000042-20.2022.2.00.0514, utilizado para o referido controle, acrescido de informações da Unidade, verificou-se seu regular cumprimento em relação aos Magistrados.



3. CARGA DE TRABALHO E IPS



3.1. QUADRO DE SERVIDORES

No período correccionado, quando vigente a Resolução Administrativa nº 054, de 30 de agosto de 2022, alterada pela de nº 148 de 11 de dezembro de 2023 (art. 6º) a estrutura organizacional da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO contava com o seguinte quadro de pessoal:

QUADRO 3 - 1

Resolução Administrativa nº 054, de 30 de agosto de 2022, alterada pela de n. 148 de 11 de dezembro de 2023

NOME	CARGO/SITUAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO		MODALIDADE
REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA	DIRETOR DE SECRETARIA	CJ-3	PRESENCIAL
ADRIANY MORAES MELO	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	ASSISTENTE DE DIRETOR DE SECRETARIA	FC-5	PRESENCIAL
RAUL RODRIGUES ALVES	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	ASSISTENTE DE JUIZ	FC-5	TELETRABALHO
VIVIANE VIEIRA LESTENSKI	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	SECRETÁRIO DE AUDIÊNCIA	FC-4	TELETRABALHO

Com a implementação da Resolução Administrativa nº 031, de 29 de abril de 2025, a estrutura organizacional da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO passou a contar com o seguinte quadro de pessoal:

QUADRO 3 - 2

GABINETE DO JUIZ TITULAR DA 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO

NOME	CARGO/SITUAÇÃO	CARGO/FUNÇÃO		MODALIDADE
REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI	ANALISTA JUDICIÁRIO, ÁREA JUDICIÁRIA	ASSESSOR-CHEFE DE GABINETE DE 1º GRAU	CJ-1	PRESENCIAL
BIANCA RANO PADILHA	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	ASSISTENTE DE JUIZ(IZA)	FC-6	TELETRABALHO
RAUL RODRIGUES ALVES	TÉCNICO JUDICIÁRIO, ÁREA ADMINISTRATIVA	ASSISTENTE DE GABINETE DE 1º GRAU	FC-5	TELETRABALHO
-	-	-	-	PRESENCIAL

Ressalta-se que a unidade se encontra com falta de um servidor, pois sua lotação ideal são 4 (quatro) servidores, mas se encontram lotados apenas 3 (três).

3.2. CARGA DE TRABALHO E ÍNDICE DE PRODUTIVIDADE POR SERVIDOR (IPS)

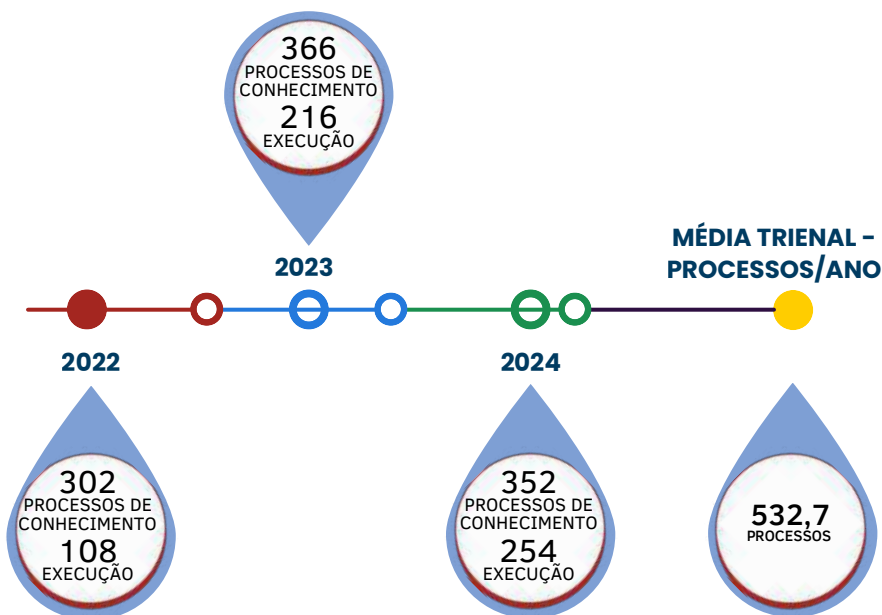


O referido indicador está previsto na Resolução CNJ nº 219/2016 e considera o número de processos baixados e o quantitativo de servidores(as) que atuaram em cada unidade judiciária em um mesmo ano, deduzidos os afastamentos legais (com exceção de férias e do recesso regimental).

Esses dados são relevantes, pois a média de casos novos do triênio (conhecimento/execução) e dos pendentes ao final do ano, a incluir os processos na fase executória, definem a lotação ideal de cada Vara do Trabalho.



Agrupamento	Movimentação processual média no triênio 2022/2024
1	Com movimentação igual ou inferior a 500 processos
2	Movimentação maior que 500 processos e menor que 750
3	Movimentação maior que 750 processos e menor que 1000
4	Movimentação maior que 1000 processos e menor que 1500
5	Movimentação maior que 1500 processos e menor que 2000



A Unidade figurou na 9ª posição das Varas de seu grupo (total de 10 unidades), baseado no último relatório disponibilizado.

4. MOVIMENTAÇÃO E ANÁLISE PROCESSUAL

4.1 FASE DE CONHECIMENTO

4.1.1. AUDIÊNCIAS

Audiências



Nos termos do Art. 32, III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho compete ao Corregedor Regional, durante a Correição Ordinária anual, examinar a quantidade de dias da semana nos quais se realizam audiências. Ademais, a teor do disposto nos Arts. 841 e 849 da CLT e, em caráter pedagógico, elucida-se que a liberdade para a organização da pauta deve estar vinculada a critérios de ponderação.



PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP: https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consulta_documento.xhtml

Tendo sempre em mira a célere entrega da prestação jurisdicional, no âmbito da Justiça do Trabalho, em que o bem jurídico perseguido é quase sempre de natureza alimentar, nos termos do Art. 5º, LXXVIII, da CF/88, as designações intermitentes, ou seja, permeadas de intervalos de inatividade devem ser evitadas, na medida do possível, assim como as sucessivas redesignações de audiências, com o propósito de manutenção da qualidade e celeridade da prestação jurisdicional, o que vem sendo regularmente observado pela unidade correicionada.



4.1.1.1 PAUTA DE AUDIÊNCIA

Das audiências realizadas ao longo do período compreendido de 01/06/2024 a 31/07/2025, num total de 756 (setecentos e cinquenta e seis), 28 (vinte e oito) foram realizadas de forma presencial, o que corresponde a 3,7%, e 728 (setecentos e vinte oito) em formato telepresencial, representativos do percentual de 96,3%.

Apurou-se que as audiências, ainda que telepresenciais em relação às partes, foram realizadas presencialmente pelos magistrados, a partir da sede da Unidade.

Ad cautelam, reitera-se aos(às) Magistrados(as) e demais gestores(as) a necessidade de observância dos comandos insertos no Procedimento de Controle Administrativo n. 0002260-11.2022.2.00.0000 e na Resolução nº 354/2020 do CNJ, além das normas de regência *interna corporis*.

Ademais, faz-se necessária a apuração da periodicidade das audiências para verificação do atendimento às normas disciplinadoras. Referida análise está disponível na planilha “Audiências por semana”, aferível no *QR Code* e *link* abaixo:

Observa-se que a pauta é composta por audiências iniciais, de instrução, unas e de conciliação, consoante descrição supra.

Audiências no período de 01/06/2024 a
31/07/2025
LINK

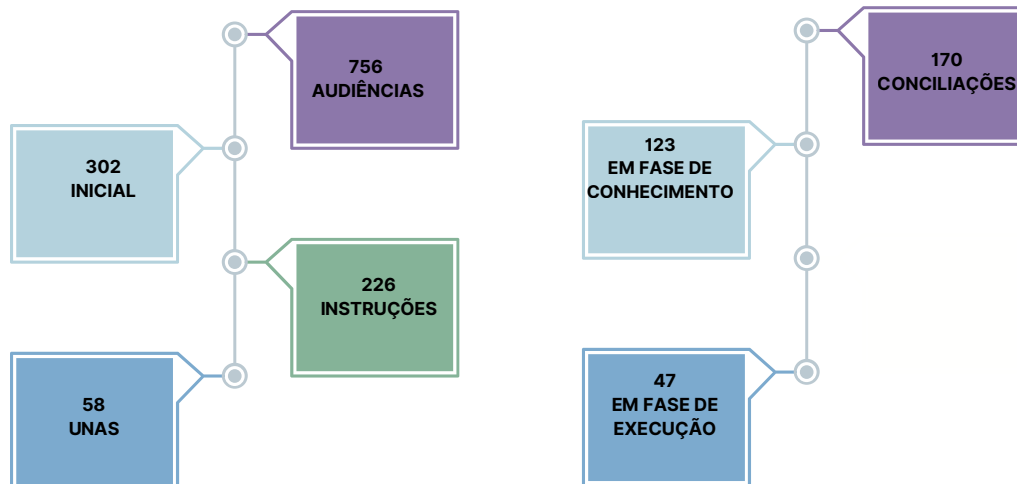


4.1.1.2 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS E REALIZADAS

4.1.1.3 AUDIÊNCIAS DESIGNADAS



4.1.1.4 AUDIÊNCIAS REALIZADAS



4.1.1.5 DOMICÍLIO JUDICIAL ELETRÔNICO

O Domicílio Judicial Eletrônico (DJe) foi criado pela Resolução CNJ nº 234/2016 e hoje é disciplinado pela Resolução CNJ nº 455/2022. Segundo a norma em vigor, trata-se de uma ferramenta que concentra num único local todas as citações e intimações pessoais (art. 18), e que está plenamente integrada ao Portal de Serviços do Poder Judiciário – Jus.br (art. 3º, III).

Por esta razão, a Resolução CNJ nº 455/2022 previu o Domicílio Judicial Eletrônico como sendo de utilização obrigatória pelos tribunais e reiterou o cadastro obrigatório de todos os entes e empresas públicas e privadas (art. 15, parágrafo único, e art. 16). O cadastramento obrigatório já foi concluído.

Após informações prestadas pela Direção, verificou-se que, na maioria dos casos, a Unidade fez uso do telegrama para as notificações iniciais, por se mostrar instrumento mais célere. Não obstante, em casos de dificuldade de localização do reclamado, a utilização do DJe se mostrou mais produtiva.

Registre-se que, atualmente, as notificações são realizadas pela Secretaria Unificada.



4.1.2 TAXA DE PRODUTIVIDADE

Com base nas informações prestadas pela Secretaria da Vara e nos relatórios extraídos do Sistema e-Gestão, obtêm-se os seguintes dados processuais, em relação à produtividade, na fase de conhecimento:

QUADRO 4

Produtividade – Fase de Conhecimento						
	Remanescentes (A)	Recebidos (B)	Redistribuídos (C)	Solucionados (D)	Pendentes de solução (D)	Produtividade (E)
2023	18	366	11	339	33	88,28%
2024	33	352	5	353	27	91,69%
01/06/2024 a 31/07/2025	21	570	2	491	82	83,08%
Cálculo da Produtividade: $[F] = (100 \times [D]) \div ([B] + [A] - [C])$						

A 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO registrou uma Taxa de Produtividade na Fase de Conhecimento de 83,08% no período de 01/06/2024 a 31/07/2025. Observa-se uma redução em relação ao exercício anterior, quando a Unidade alcançou o expressivo índice de 91,69% em 2024, retornando a patamares próximos aos de 2023 (88,28%).

Ainda com base nos mesmos dados, apurou-se o seguinte em relação à movimentação processual da Unidade:

QUADRO 5

Movimentação Processual – Conhecimento	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
Processos Recebidos	366	352	570
Processos Solucionados	339	353	491
Solucionados Por Recebidos	92,62%	100,28%	86,14%

Fonte: Relatório Gerencial Sistema e-Gestão Nacional no dia 24/06/2025 → Pastas Públicas → TRT14ª Região → Relatórios Gerenciais → Das Varas do Trabalho → Fase de Conhecimento → Produtividade

A análise da Movimentação Processual indica que a razão de Processos Solucionados por Recebidos (S/R) foi de 86,14% no período correicional (491 solucionados para 570 recebidos). Este índice, inferior a 100%, aponta para um volume de entradas superior ao de saídas, resultando em acúmulo de passivo processual que merece acompanhamento.

QUADRO 6

TAXA DE PRODUTIVIDADE	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	88,28%	91,69%	83,08%
POLO REGIONAL	79,86%	81,03%	78,44%
MÉDIA DO TRIBUNAL	81,68%	83,19%	78,98%

Em perspectiva comparativa, a produtividade da Unidade (83,08%) manteve-se superior à Média do Tribunal (78,98%) e acima do Polo Regional (78,44%). Este desempenho relativo demonstra que, apesar da retração nos indicadores internos, a Vara sustenta uma eficiência superior à média de seus pares.



4.1.3 TAXA DE CONGESTIONAMENTO

QUADRO 7

A taxa de congestionamento mede a efetividade da unidade judiciária no período de referência, a se ter em conta o estoque residual do ano anterior; o total de casos novos e os baixados (arquivados). Quanto menor o percentual, melhor o desempenho da Unidade no particular. Segue abaixo o quadro demonstrativo pertinente:

TAXA DE CONGESTIONAMENTO					
	[A] Remanescentes	[B] Casos novos	[C] Baixados	[D] Pendentes de solução	[E] Taxa
2023	93	354	380	67	14,99%
2024	67	345	359	55	13,29%
01/06/2024 a 31/07/2025	36	544	478	103	17,73%
Cálculo da taxa de congestionamento: $E = \frac{D}{C+D} \times 100$					

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 24/06/2025. Consulta: e-Gestão → TRT14ª Região → 1ª → Instância → 3-Relatórios Gerenciais → Varas do Trabalho → Conhecimento → Diversos → Movimentação Processual Por Região Judiciária → Taxa de Congestionamento novo

A taxa de congestionamento na fase de conhecimento da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO alcançou 17,73% no período de 01/06/2024 a 31/07/2025, conforme os componentes A=36 (Remanescentes), B=544 (Casos Novos), C=478 (Baixados) e D=103 (Pendentes de Solução). Verifica-se uma elevação no índice em comparação ao ano de 2024 (13,29%), refletindo o impacto do saldo de processos não solucionados no período, mas ainda assim mantendo-se dentro de faixas de controle adequadas.



Comparando-se a taxa de congestionamento com o padrão utilizado pela CGJT, tem-se o seguinte panorama estatístico:

QUADRO 8

TAXA DE CONGESTIONAMENTO	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	14.99%	13.29%	17.73%
Polo regional	19.41%	19.29%	18.9%
Média do Tribunal	19.26%	19.91%	21.82%

Taxa de Congestionamento: [pendentes de baixa/(baixados+pendentes de baixa)]*100

De acordo com o Quadro 8, a unidade manteve desempenho superior aos parâmetros institucionais, situando-se em patamar abaixo da Média do Tribunal (21,82%) e do Polo Regional (18,9%). Isso evidencia que a gestão do acervo permanece eficiente, garantindo fluxo de vazão superior à média regional.

Ressalta-se que a Vara deve intensificar rotinas de priorização de sentenças para reverter a tendência de alta na taxa de congestionamento observada no último período.



4.1.4 PRAZOS MÉDIOS

Neste tópico, será analisado o desempenho da Unidade em relação aos prazos médios praticados na fase de conhecimento, observando-se os padrões verificados pelas correições do e.TST.

QUADRO 9

PRAZOS MÉDIOS (dias)	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
do ajuizamento da ação até a prolação da sentença	50, 4	38.94	40.24
do ajuizamento da ação até a realização da 1ª audiência	27.64	19.1	20,18
da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução	23.57	21.23	21,83
da conclusão até a prolação da sentença	9.16	5.42	5,38

Fonte: Novo Portal e-Gestão no dia 24/06/2025 → Outras Informações- Prazos Médios- Prazos Médios de 1o Grau- Tabela de Resumo // No demais - antigo e-gestão → 1ª instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 4 - Prazos médios - A.4.1 e A.4.2 → Por etapas da fase de Conhecimento e Região Judiciária/ 1ª instância - Relatórios Resumo - k. Prazos Médios - k.1 - Fase de Conhecimento -K.1.1 - A partir do ajuizamento da ação.

A análise dos prazos médios na fase de conhecimento demonstra que a 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO manteve excelente celeridade processual.

Conforme o Quadro 9, no intervalo de 01/06/2024 a 31/07/2025, apurou-se prazo médio de 40,24 dias do ajuizamento à sentença, 20,18 dias do ajuizamento à 1ª audiência, 21,83 dias da 1ª audiência ao encerramento da instrução e 5,38 dias da conclusão à sentença. A estabilidade e a brevidade desses prazos confirmam a agilidade na tramitação.

Em uma perspectiva comparativa, no que diz respeito ao prazo médio "do ajuizamento da ação, até a prolação da sentença", os dados indicam o panorama sintetizado no quadro abaixo:

QUADRO 10

PRAZOS MÉDIOS do ajuizamento da ação até a sentença (dias)	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	50,14	38,94	40,24
Polo regional	60.71	57,84	59,08
Média do Tribunal	67.15	65,41	64,82

PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP: <https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

De acordo com o Quadro 10, que compara os prazos da unidade com os referenciais institucionais, o prazo médio do ajuizamento à sentença foi de 40,24 dias no período correicional, frente a 64,82 dias (Média do Tribunal) e 59,08 dias (Polo Regional).

Esses resultados mantêm a unidade em posição de destaque quanto à celeridade, com tempo total de tramitação significativamente inferior aos referenciais comparativos, assegurando a efetiva e rápida prestação jurisdicional.

4.1.5 PROVIMENTO TRT14^a N. 6/2015/SCR

QUADRO 11

Processo	Encerramento da Instrução	Conclusão	Dias
0000099-85.2025.5.14.0031	08/04/2025	08/04/2025	0.0
0000217-61.2025.5.14.0031	13/06/2025	13/06/2025	0.0
0000265-54.2024.5.14.0031	29/04/2025	29/04/2025	0.0
0000298-44.2024.5.14.0031	28/01/2025	28/01/2025	0.0
0000335-71.2024.5.14.0031	29/11/2024	29/11/2024	0.0
0000166-84.2024.5.14.0031	01/08/2024	02/08/2024	1.0
0000177-79.2025.5.14.0031	05/06/2025	09/06/2025	2.0
0000182-04.2025.5.14.0031	05/06/2025	09/06/2025	2.0
0000367-76.2024.5.14.0031	13/12/2024	17/12/2024	2.0
0000146-59.2025.5.14.0031	02/07/2025	12/07/2025	7.0
Média	-	-	1.4



PROVIMENTO TRT14^a N.
6/2015/SCR

A verificação por amostragem indicou que a Unidade cumpre o Provimento TRT14^a N° 6/2015/SCR de forma parcial. A média geral apurada entre o encerramento da instrução e a conclusão foi de 1,4 dias.

A análise detalhada do Quadro 11 evidenciou que, de uma amostra de 10 processos, 5 foram conclusos imediatamente (0 dias). Entretanto, foram identificados atrasos pontuais, com destaque para o processo 0000146-59.2025.5.14.0031 (7 dias) e outros com 2 dias de atraso. Embora a média não seja elevada, a existência de lapsos superiores ao imediato recomenda ajustes para plena conformidade com a norma.





4.1.6 DA ANÁLISE DE PROCESSOS, POR AMOSTRAGEM - fase de conhecimento



a) Conversão em diligência

A Unidade Correcionada promoveu 13 (treze) conversões em diligência durante o período correcionado, com observância ao disposto no art. 31, §2º e §3º, CPCGJT, por amostragem os seguintes processos:



0000143-41.2024.5.14.0031; 0000012-32.2025.5.14.0031;
 0000163-32.2024.5.14.0031; 0000370-31.2024.5.14.0031;
 0000258-62.2024.5.14.0031; 0000030-53.2025.5.14.0031.

Ressalta-se que a Secretaria da Corregedoria mantém controle mensal acerca das conversões em diligência, as quais são procedidas no PJeCor nº 0000005-85.2025.2.00.0514, cabendo à Unidade informar nos autos ocorrências desse jaez, conforme determinado no Capítulo III, art. 127 do Provimento Geral Consolidado - PGC do e. Regional.

b) Prioridade de Julgamento

Em relação aos processos que tenham por objeto pretensões decorrentes de acidente de trabalho e/ou parte idosa, vê-se que a Unidade preza pelo seu cumprimento, na medida em que há indicação de alerta quanto à prioridade de tramitação de ações dessa natureza. A exemplo, citam-se os processos abaixo:



0000260-32.2024.5.14.0031;	0000028-83.2025.5.14.0031;
0000044-37.2025.5.14.0031;	0000129-54.2024.5.14.0032;
0000357-66.2023.5.14.0031;	0000035-12.2024.5.14.0031;
0000319-20.2024.5.14.0031;	0000225-38.2025.5.14.0031;
0000156-40.2024.5.14.0031.	0000069-84.2024.5.14.0031.
Acidente de Trabalho, Pessoa com Deficiência	Idoso/Pessoa com Doença Grave/Trabalho Escravo

c) Exame dos pressupostos de admissibilidade recursal



Apurou-se que o Juízo tem observado o disposto no art. 114 da CPCGJT, pois realizou o necessário exame dos pressupostos intrínsecos e extrínsecos de admissibilidade dos recursos, segundo se observa, por amostragem, nos autos dos processos elencados abaixo:



0000373-83.2024.5.14.0031; 0000129-54.2024.5.14.0032;
0000035-12.2024.5.14.0031; 0000357-66.2023.5.14.0031;
0000319-20.2024.5.14.0031; 0000225-38.2025.5.14.0031;
0000015-84.2025.5.14.0031; 0000086-23.2024.5.14.0031

d) Liberação dos depósitos recursais

Declara-se que não foram encontrados processos para análise do cumprimento dos comandos do art. 120, I, da CPCGJT e das diretrizes estabelecidas na Instrução Normativa nº 36 do e.TST.

e) Expedições de alvarás judiciais e respectiva comunicação ao executado

No rol de processos abaixo têm-se o cumprimento da norma inserta no art. 116, § 1º do CPCGJT, na medida em que foi dada ciência ao(à) executado(a) acerca da liberação de valores ao(à) exequente, nesse sentido, os processos a seguir:



0000386-82.2024.5.14.0031; 0000392-89.2024.5.14.0031;
0000304-51.2024.5.14.0031; 0000002-85.2025.5.14.0031.

Ademais, neste particular, apurou-se que a Unidade tem como rotineira a prática de expedição de alvarás de forma exclusivamente eletrônica, com utilização das funcionalidades SIF e SISCONDJ. Nesse sentido, conquanto desatualizadas as últimas informações fornecidas pela Caixa Econômica Federal (o que reclama reiteração desses elementos, pela Secretaria da Corregedoria, perante a Divisão de Apoio do PJe deste e. Regional), nos autos do PJeCor nº 0000024-62.2023.2.00.0514, extrai-se que a Unidade, ora em correção, expediu, até janeiro de 2025 (ID nº 5562104), 97,22% dos alvará referente a depósitos vinculados à Caixa Econômica Federal de forma eletrônica.

No que concerne aos depósitos realizados junto ao Banco do Brasil, conforme as informações constantes no documento de ID nº 4310626, no período de maio de 2023 a abril de 2024, foram expedidos 146 (cento e quarenta e seis) alvarás em formato eletrônico e 164 (cento e sessenta e quatro) em formato físico.

f) Regular intimação do MPT



PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP: https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consulta_documento.xhtml

Após a realização de consulta, constatou-se que, a exemplo do verificado nos processos abaixo, a Unidade cumpre a orientação da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, a exigir a regular intimação do Ministério Público do Trabalho, em atenção ao disposto nos artigos 176, 177 e 178 do CPC/2015.



0000113-69.2025.5.14.0031; 0000236-04.2024.5.14.0031;
0000283-75.2024.5.14.0031; 0000286-30.2024.5.14.0031.

g) Processos extintos sem resolução do mérito:

Em consulta ao painel estatístico da Corregedoria (<https://portal.trt14.jus.br/portal/corregedoria/extintos-sem-resolucao-merito>), apurou-se que o Juízo tem observado o disposto no art. 3º do PROVIMENTO Nº 05/GCGJT, DE 19 DE DEZEMBRO DE 2024.

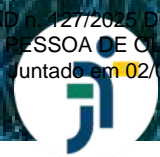
No período de julho de 2024 a julho de 2025, a unidade não ultrapassou o limite de 10% (dez por cento) de processos solucionados sem resolução do mérito, alcançando o índice de 6,92%. Ademais, ao se considerar apenas o período posterior à edição do Provimento — de janeiro a julho de 2025 — verifica-se o atingimento da meta, com o percentual de extinções sem resolução do mérito reduzido para 5,36%

Não obstante, após análise do processo n. 000281-71.2025-5.14.0031, verificou-se que o Juízo extinguiu os autos sem resolução do mérito por apresentação de endereço incorreto da reclamada, sem que fosse concedido oportunidade para que o reclamante se manifestasse. Diante disso, impôs-se ao reclamante o ônus de reajuizar a ação com novo endereço, situação esta que poderia ter sido saneada no processo original por meio de uma emenda à petição inicial, nos termos da jurisprudência pacífica do TRT. Outrossim, cumpre destacar que se trata de situação que o PROVIMENTO Nº 05/2024/GCGJT visa a evitar a ocorrência, a fim de que o Juízo prime pelo saneamento dos autos para o enfrentamento do mérito e para a pacificação social.

Nos termos do art. 1º do PROVIMENTO Nº 05/GCGJT/2024, incumbe aos(às) Magistrados(as) valorizar a análise do mérito das demandas trabalhistas, como instrumento de efetividade da prestação jurisdicional e de entrega do bem da vida, e adotar, sempre que possível, providências de saneamento das questões processuais, com determinação para emenda da petição inicial ou correção de deficiências ou de cessação de inércia da parte por petições intercorrentes, a fim de evitar extinções sem julgamento do mérito precoces que ensejam a repositura das demandas.

Nesse sentido, as Corregedorias Regionais devem monitorar e apurar anomalias na solução de processos por extinção sem julgamento do mérito que destoem dos parâmetros médios regionais, especialmente inerentes às peculiaridades da prática processual e da realidade socioeconômica, que estejam identificadas no “Item 90.046” (Extintos sem resolução de mérito” genérico, pelos incisos I a VII e IX a X do art. 485 do CPC) da regra de negócios do eGestão.





h) Processos com prazos elásticos:

Da análise do acervo, verificou-se processos na fase de conhecimento, com prazos mais acentuados, capazes de influenciar negativamente no prazo médio da Unidade e, consequentemente, do Regional.

A título de exemplo, aponta-se, nessa circunstância, 02 (dois) processos, extraídos do sistema e-Gestão (1ª Instância - Relatórios de Resumo - Prazos Médios - Fase de Conhecimento - K.1.1 - A partir do ajuizamento da ação - item "C" - Do Ajuizamento da Ação Até a Prolação da Sentença), conforme seguem:

1

0000055-03.2024.5.14.0031

Ajuizamento da ação: 02/02/24

Sentença proferida em 01/07/24

TOTAL = 150 dias

2

0000015-84.2025.5.14.0031

Ajuizamento da ação: 16/01/25

Sentença proferida em 16/06/25

TOTAL = 151 dias



4.1.7 PERÍCIAS

4.1.7.1 Perícias realizadas e prazos

Período Correccional
(01/06/2024 a 31/07/2025)

31

Perícias Técnicas

44,86
dias

Perícias Técnicas

Perícias
designadas

32

Perícias Médicas

Prazos

55,36
dias

Perícias Médicas

6

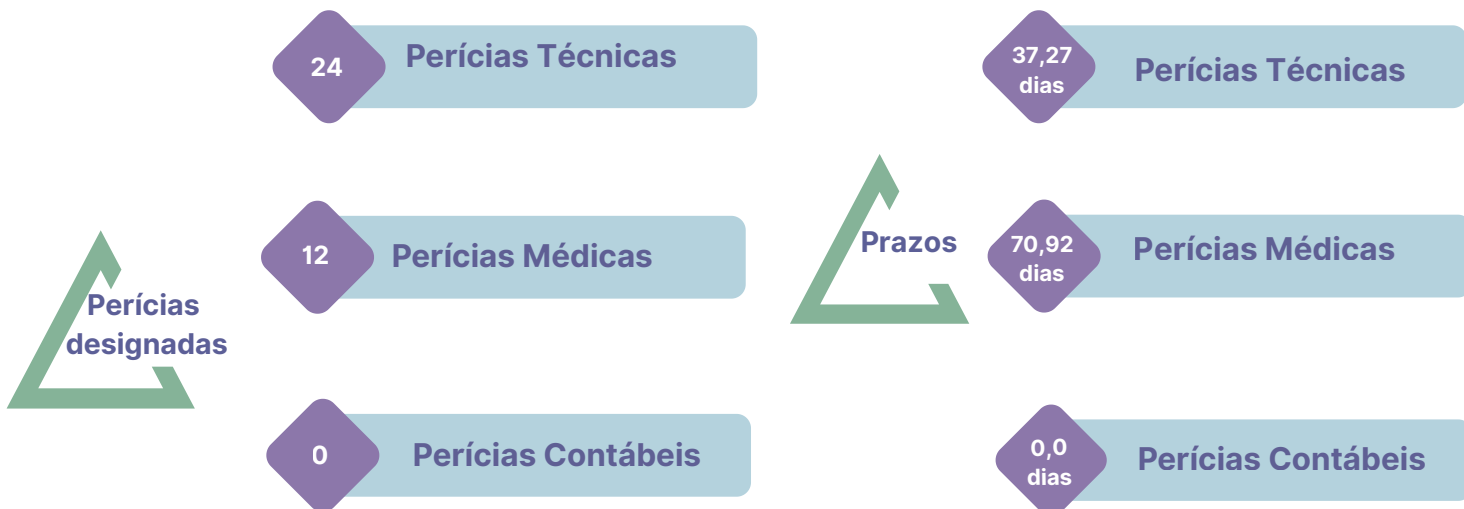
Perícias Contábeis

39,67
dias

Perícias Contábeis



Período Correcionado Anterior



Destaca-se, por oportuno, que, em consulta realizada no dia 12/08/2025, no sistema do Pje - “Relatórios Gerenciais - Menu relatórios - Perícias - Perícias Pendentes”, detectaram-se 23 (vinte e três) processos com perícias pendentes, na forma do *QR Code* e *link* ao lado, sendo 02 (dois) com prazos superiores a 100 (cem) dias quais sejam: 0000116-24.2025.5.14.0031 (123 dias) e 0000103-25.2025.5.14.0031 (138 dias)



PERÍCIAS PENDENTES

4.1.7.2 Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ-JT):



A Resolução Administrativa do TRT nº 088, de 26 de novembro de 2020, torna obrigatória a utilização do Sistema de Assistência Judiciária da Justiça do Trabalho (AJ-JT), em conformidade com a Resolução CSJT nº 247, de 25 de outubro de 2019.

Por ocasião da formalização do PROAD para solicitação de pagamento dos honorários periciais, os(as) servidores(as) das Varas do Trabalho deverão promover a juntada de todas as peças necessárias elencadas na Portaria GP nº 0750 25/08/2022, além da solicitação de quitação [validada pelo(a) Juiz(íza)], devidamente expedida pelo sistema SIGEO/JT até o valor limite permitido, de modo a evitar atrasos e trâmites administrativos desnecessários.

No concernente à Unidade ora em correção, em consulta realizada no dia 04/08/2025, verificou-se a inexistência de PROADs de requisições de honorários periciais, pendentes de cumprimento de diligência.

Durante o período correcionado, verificou-se a autuação de 14 (quatorze) PROADs, com solicitação de pagamento de honorários periciais, dos quais 04 (quatro) retornaram por insuficiência de documentação.





4.2 FASE DE LIQUIDAÇÃO

Em relação à fase de liquidação, extrai-se o quadro analítico abaixo:

QUADRO 12

MOVIMENTAÇÃO PROCESSUAL	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
Liquidações iniciadas	61	299	312
Prazo Médio - do início até o encerramento da liquidação	36,96	45,70	63,60

Fonte: Portal e-Gestão → Relatórios Resumo → C → C.01 → Casos Novos - Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial; 3 → Relatórios de Gerências → 4 - Prazos Médios → A.4.4 - Prazos Médios nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução por Região Judiciária.

QUADRO 13

PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA LIQUIDAÇÃO	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	36.96	45,70	63.60
Prazo médio no Polo Porto Velho	85,18	71,43	87,52
Prazo médio na liquidação no Tribunal	175.10	79,22	86.67

Da análise dos quadros se extrai que a 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, registrou crescimento no número de liquidações iniciadas, contudo houve um incremento no prazo médio de tramitação de 2023 para 2024, e de 2024 para 2025, embora tenha apresentado média melhor que a observada no Polo Regional no Tribunal.



4.2.1 SENTENÇAS LÍQUIDAS

Os dados da Unidade, a partir de relatórios extraídos do e-Gestão - Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão – Primeira Instância – 3. Relatórios Gerenciais – A. Das Varas do Trabalho - 1. Conhecimento - 2. Solucionados - A.1.2.5 - Sentenças Líquidas Proferidas por Região Novo - revelam:

Dos 159 processos solucionados, com procedência total ou parcial, 7 sentenças foram registradas como líquidas, segundo os parâmetros estabelecidos para o sistema e-Gestão, a perfazer o percentual de 4,4%.

O resultado obtido foi inferior ao observado no Tribunal (44,20%) e inferior ao observado no período correcional anterior (36,70%).



No que tange à Unidade em correição, após análise dos 7 processos que tiveram sentenças registradas como líquidas, não se verificou nos processos números 0000028-83.2025.5.14.0031, 0000196-85.2025.5.14.0031, 0000143-07.2025.5.14.0031, 0000186-41.2025.5.14.0031 e 0000275-64.2025.5.14.0031 a discriminação de todas as verbas integrantes do título judicial.

No período ora em correição, no relatório gerencial do PJe, não se verificou registro de sentença líquida em acordo homologado em audiência. Porém, verificou-se registro incorreto de liquidez em ação cujo objeto era obrigação de fazer, qual seja, processo nº 0000215-91.2025.5.14.0031.

É de se registrar que, com o processo de equalização da força de trabalho, implementado pela Resolução Administrativa nº 31/2025, passou à Secretaria Unificada a atribuição de realizar a liquidação das sentenças. Após a efetivação dessa equalização, a Vara passou a encaminhar a maior parte das sentenças para a Divisão de Liquidação da referida Secretaria, concentrando nesse setor a responsabilidade por essa etapa processual.

Informa o Excelentíssimo Corregedor que em breve será publicado Provimento desta Corregedoria Regional disciplinando os fluxos de trabalho a serem observados pelos Gabinetes dos Magistrados e a Secretaria Unificada, onde constará expressamente o procedimento a ser observado para liquidação das sentenças.



4.3 FASE DE EXECUÇÃO

4.3.1 Produtividade

No que concerne à fase de execução, a Unidade apresenta o seguinte panorama estatístico:

QUADRO 14

PRODUTIVIDADE - FASE DE EXECUÇÃO						
	Remanescentes (A)	Iniciadas + Desarquivadas (B)	Baixadas (C)	Remetido ao Arquivo Provisório (D)	Pendentes de Baixa (E)	Produtividade (F)
2023	245	278	161	33	312	30,78%
2024	312	117	187	11	225	43,59%
01/06/2024 a 31/07/2025	256	112	204	1	156	53,97%
Cálculo da produtividade: (F) = [(C x 100) / (B + A)]						

Fonte: Relatório Gerencial do Sistema e-Gestão Nacional. Consulta: e-Gestão – TRT14ª Região – Relatórios Gerenciais – Varas do Trabalho – Fase de Execução – Produtividade.

Em uma perspectiva comparativa, nos moldes praticados pela CGJT, especificamente no que diz respeito à produtividade na fase de execução, os dados revelam o seguinte cenário:

QUADRO 15

TAXA DE PRODUTIVIDADE	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	30,78%	43,59%	53,97%
Polo Regional	32,26%	41,41%	42,64%
Tribunal	34,37%	38,55%	38,32%



4.3.2 Execuções iniciadas, encerradas e pendentes

QUADRO 16

Ano	Iniciadas	Encerradas	Encerradas x Iniciadas	Baixadas	Baixas x Iniciadas	Execuções Pendentes	Saldo em arquivo provisório
2023	228	163	71,49%	161	70,61%	334	33
2024	100	192	192,0%	187	187,0%	246	11
01/06/2024 a 31/07/2025	104	213	204,8%	204	196,15%	179	5

Fonte: e-Gestão: Iniciadas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.11 → item (C) Processos com etapa de execução forçada iniciada; Encerradas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.04 (L) Extinções na etapa de Execução Forçada; Baixadas → E-Gestão → 1ª Instância → Relatórios resumo → C - cumprimento de sentença e Execução de Título extrajudicial → C.10 → Baixa de Processos (item "F"); Saldo em arquivo provisório: C.07 → arquivo provisório; Execução pendente: C.03 Processo em Cumprimento de sentença;

QUADRO 17

Num viés comparativo, seguindo-se os parâmetros da CGJT, obtêm-se os seguintes dados:

Ano	Iniciada			Encerradas			Pendentes		
	Vara	TRT	VTs Similares	Vara	TRT	VTs Similares	Vara	TRT	VTs Similares
2023	228	538,47	166,90	163	353,28	122,20	334	814,44	688,43
2024	100	259,22	75,90	192	357,78	141,20	246	714,16	221,70
01/08/2024 a 31/05/2025	104	305,88	77,80	213	346,03	152,00	179	752,16	244,50

Fonte: E-Gestão - Iniciadas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.11 → item (C) Processos com etapa de execução forçada iniciada; Encerradas → 1ª Instância → 2- Relatórios Resumos → C → C.04 (L) Extinções na etapa de Execução Forçada; Pendentes C.03 - Processos em Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial Pendente (Processo pendente na etapa de execução forçada)

4.3.3 Execuções extintas



No tocante às execuções extintas pelo juízo, tem-se ao seguinte quadro estatístico:

QUADRO 18

EXECUÇÕES EXTINTAS	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
Execuções extintas por acordo	63	93	36
Extintas por pagamento do crédito do exequente	85	79	155
Extintas por aplicação da prescrição	12	18	20
Outras formas de extinção	2	2	2

Fonte: e-Gestão → 1ª Instância → 2 Relatórios Resumos → C- cumprimento de sentença e Execução de Título extrajudicial → C.04 Extinções em Processos em Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial → (L) Extinções na etapa de Execução Forçada



4.3.4 Prazo médio



QUADRO 19

Neste tópico, analisa-se o desempenho da Unidade em relação aos prazos médios praticados na fase de execução, com base nos padrões verificados pelas correções do E. TST. Constatou-se um aumento significativo no prazo médio para o encerramento das execuções, decorrente, principalmente, do arquivamento recente de processos antigos, que permaneceram em tramitação por longos períodos.

Essa movimentação impactou negativamente os indicadores da Unidade, elevando a média geral da fase de execução, conforme demonstrado nos processos: 0000563-61.2015.5.14.0031 – 2.917 dias; 0000366-04.2018.5.14.0031 – 2.017 dias; 0000137-15.2016.5.14.0031 – 1.873 dias; 0000611-83.2016.5.14.0031 – 2.706 dias; 0000144-07.2016.5.14.0031 – 3.100 dias; 0000531-56.2015.5.14.0031 – 3.300 dias; 0000309-54.2016.5.14.0031 – 2.983 dias; 0000615-57.2015.5.14.0031 – 3.255 dias.

Tais dados evidenciam a necessidade de considerar o perfil dos processos arquivados ao interpretar os indicadores temporais da execução, a fim de evitar distorções na avaliação do desempenho da Unidade.

PRAZO MÉDIO DO INÍCIO AO ENCERRAMENTO DA EXECUÇÃO	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	713,87	868,34	1.892,03
Prazo médio do Polo Regional	654,75	661,77	765,19
Varas de mesma faixa processual	706,84	765,87	862,72

Fonte: E-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → Das Varas do Trabalho → Prazos Médios – A.4.4 - Prazos Médios nas Fases de Conhecimento, Liquidação e Execução por Região Judiciária



4.3.5 Análise das diretrizes contidas na Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, nos processos de execução

a) Requisitos do Art. 886 do CPC – Art. 122 da CPCGJT

Uma vez que a Unidade aderiu ao leilão unificado, cuja prática é de responsabilidade da Vara do Trabalho de Guajará-Mirim/RO, fica prejudicada a análise sobre o cumprimento do teor do art. 122 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, o qual determina que se faça constar dos editais a isenção ao arrematante, em relação aos débitos tributários, cujo fato gerador seja a propriedade, o domínio útil ou a posse de bens e direitos adquiridos judicialmente, mediante leilão judicial ou iniciativa particular, estejam ou não inscritos na dívida ativa.

b) Recuperação Judicial ou em falência – Arts. 124 e 126 da CPCGJT

Identificaram-se processos nos quais foi decretada a recuperação judicial da executada, em conformidade com o disposto nos arts. 124 e 126 do CPCGJT, tendo sido determinado o sobrestamento das ações que aguardam o efetivo pagamento.



0000204-33.2023.5.14.0031



0000300-19.2021.5.14.0031



0000182-09.2022.5.14.0031



0000207-85.2023.5.14.0031



c) Expedição Ofícios Precatórios

Avalia-se, a seguir, as execuções, nas quais foram expedidos Ofícios Precatórios. Constatou-se que a Unidade, em observância ao normativo, os mantém sobrestados, aguardando o efetivo pagamento.



0053600-09.1992.5.14.0031



0000243-30.2023.5.14.0031

d) Sobrestamento, arquivamento provisório e arquivamento definitivo do processo de execução – Arts. 128 e 129 da CPCGJT

Examinando o acervo processual pelo sistema e-Gestão (e-Gestão - 1ª Instância - Relatórios de Resumo - Fase de Execução - C.04 - Extinções em Processos de Cumprimento de Sentença e Execução de Título Extrajudicial - Item I), constatou-se que, durante o período correccionado, 20 (vinte) processos tiveram suas execuções extintas devido à prescrição intercorrente. Portanto, a análise confirma a conformidade com as diretrizes estabelecidas no art. 40 da Lei nº 6.830/1980.

Constata-se que, em observância à nova sistemática de lançamento de “sobrestamento”, em detrimento ao “arquivamento provisório”, a Unidade manteve o acervo de 20 (vinte) processos em situação regular, por amostragem detalhamos os seguintes processos:



0000015-94.2019.5.14.0031



0000366-04.2018.5.14.0031



0000405-69.2016.5.14.0031



0000615-57.2015.5.14.0031



0000110-90.2020.5.14.0031



0000309-54.2016.5.14.0031

e) Arquivamento definitivo do processo com inexistência de contas judiciais com valores disponíveis vinculados – Art. 130 da CPCGJT

O art. 130 da CPCGT estabelece, como condição para o arquivamento definitivo do processo, a inexistência de contas bancárias judiciais com valores disponíveis, além da exclusão de inscrição(ões) no BNDT. Nesta hipótese, a conta judicial e o respectivo processo devem ser tratados pelo Sistema Garimpo, nos moldes do Provimento de nº 1, datado de 5 de outubro de 2022.





Resumo do Sistema Garimpo
 Análise em 07/08/2025
 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO

Análise de Setembro/2024 (Ata da Correição)

▶ Contas de processos arquivados e não saneadas:	120
▶ Contas bancárias não associadas a processos:	101
▶ Contas bancárias saneadas:	12
▶ A Unidade fez preenchimento da planilha?	Sim

Atenção!

Na análise comparativa foi considerado apenas as contas com depósito acima de R\$ 150,01, ou seja, acima dos “valores ínfimos” (contas com valores depositados de R\$ 0,01 até R\$150,00), uma vez que o Provimento TRT14 n. 02, de 07 de abril de 2025, em seu art. 5º, §1º, alínea “d”, determina que as contas com valores ínfimos são de atribuição da Corregedoria Regional.

Análise do ano de Julho/2025

▶ Contas de processos arquivados e não saneadas:		
▶ Contas Recursais:	162	▶ 178
▶ Contas bancárias não associadas a processos:		
▶ Contas Judiciais:	125	▶ 144
▶ Contas Recursais:	19	
▶ Contas bancárias saneadas:		
▶ Contas Judiciais:	14	
▶ Contas Recursais:	0	▶ 14
▶ A Unidade fez preenchimento da planilha?	Não	

Foi verificado que a Unidade solucionou contas bancárias no ano de 2024, apenas no 2º quadrimestre. Da mesma forma, no ano de 2025, tem realizado poucos saneamentos das contas no Sistema Garimpo, conforme relatórios das Planilhas de Acompanhamento dos referidos anos (Planilha de 2024 e Planilha de 2025).

Houve aumento no quantitativo de contas dos processos arquivados, assim como, das não associadas, o que decorre das atualizações dos Bancos no Sistema Garimpo, assim como, foi também, em 2025, somadas as Contas Recursais.

Embora tenha ocorrido aumento das contas, é necessário considerar que, por vezes, há falhas nas atualizações realizadas pelos Bancos, o que não prejudica o desempenho da Unidade.

Quanto às contas saneadas, o quantitativo aumentou, porém, foi ínfimo, apenas 3 contas até a data da referida análise.

Logo, recomenda-se que a Unidade aumente o quantitativo de saneamentos das contas no Sistema Garimpo.

Ressalta-se, por fim, no que tange as contas recursais não associadas, que foi verificado que as contas apresentam a Jurisdição de Porto Velho, Brasília e Manaus, situação que por vezes ocorre em algumas Unidades.

Dessa forma, recomenda-se que a Unidade não atue nestes processo e comunique, formalmente, a Secretaria da Corregedoria Regional, para que possa realizar as providências perante a referida jurisdição.

Observações sobre o Sistema Garimpo:

Atenção para novo Provimento do Garimpo.

A Secretaria da Corregedoria criou um espaço no chat: “Dúvidas Sistema Garimpo”, para concentrar as dúvidas e discussões sobre o sistema, que pode ser acessado pelo QR Code abaixo.

O Sistema Garimpo também pode ser acesso via Intranet ou pelo QR Code abaixo.

Os editais publicados pelas Varas e pela Secretaria da Corregedoria podem ser verificados no site do TRT14, na página da Corregedoria.



Novo Provimento



Acesso ao Sistema Garimpo



Dúvidas Sistema Garimpo



f) Arquivamento definitivo do processo de execução – Art. 129 e 130 da CPGJT

Ainda, por amostragem, observa-se que a Unidade está a cumprir o art. 129 do CPGJT, conforme constatado nos processos a seguir elencados, na medida em que as execuções foram extintas por sentença.

- | | | |
|-----------------------------|-----------------------------|-----------------------------|
| ★ 0000321-58.2022.5.14.0031 | ★ 0000279-09.2022.5.14.0031 | ★ 0000289-53.2022.5.14.0031 |
| ★ 0000139-38.2023.5.14.0031 | ★ 0000135-06.2020.5.14.0031 | ★ 0000135-06.2020.5.14.0031 |

Por oportuno, vale ressaltar que o artigo 129 da legislação trabalhista estabelece os critérios específicos para o arquivamento definitivo de processos de execução. O dispositivo determina que esse arquivamento deve ser fundamentado em uma declaração prévia, formalizada por sentença, que reconheça a extinção da execução, conforme as hipóteses previstas nos incisos II, III, IV e V do artigo 924 do Código de Processo Civil (CPC). Tais condições visam garantir que a prestação jurisdicional seja completamente cumprida antes do encerramento definitivo do processo.

Ademais, o parágrafo único do referido artigo reforça uma diretriz crucial, vedando expressamente o arquivamento definitivo de processos em situações não contempladas no caput. Essa proibição inclui, entre outras, casos de processos centralizados em decorrência da reunião de execuções, bem como aqueles que estejam sobrestados ou arquivados provisoriamente. O objetivo é assegurar que o processo somente seja concluído de maneira definitiva após o cumprimento integral de todas as etapas e condições legais.

Essa abordagem normativa reflete uma preocupação com a proteção dos direitos das partes envolvidas, ao evitar o encerramento prematuro de execuções ainda pendentes. Além disso, promove maior segurança jurídica e o respeito ao devido processo legal, alinhando-se aos princípios fundamentais que regem a Justiça do Trabalho.

Apontamos ainda que, na Unidade Correicionada, foram identificados processos arquivados definitivamente em desacordo com as condições estabelecidas, conforme registrado nos seguintes processos: 0010173-87.2014.5.14.0031, 0010407-69.2014.5.14.0031, 0000750-69.2015.5.14.0031, 0000107-14.2015.5.14.0031, 0010274-27.2014.5.14.0031, 0010539-63.2013.5.14.0031, 0010548-25.2013.5.14.0031, entre outros.

Ressaltamos que a execução prossegue no centralizador nº 0010118-73.2013.5.14.0031.

Dessa forma, recomenda-se que a Unidade proceda com o imediato desarquivamento dos processos mencionados, bem como daqueles que se encontrem em situação similar, a fim de garantir a conformidade com as normas processuais vigentes e assegurar o regular prosseguimento da execução, quando cabível, ou o devido sobrestamento, nos casos em que se justifique tal medida.







Outrossim, orienta-se que a Unidade adote mecanismos de controle mais eficazes quanto ao arquivamento definitivo de processos vinculados a execuções centralizadas, evitando a recorrência de inconsistências e contribuindo para maior transparência e integridade nos registros processuais.



g) Ferramentas eletrônicas de pesquisa patrimonial – Art. 29, III, da CPCGJT

Nesse sentido, observa-se, nos autos individuados, que o Juízo da Unidade adotou, de forma consistente e regular, o uso de sistemas eletrônicos de pesquisa patrimonial. Essa prática está em plena conformidade com o art. 29, inciso III, da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho, demonstrando o comprometimento em utilizar ferramentas tecnológicas disponíveis para assegurar maior eficiência nos procedimentos realizados. Ressalta-se que o uso desses sistemas eletrônicos não apenas agiliza a busca de informações patrimoniais relevantes, como também promove maior precisão e transparência nas ações judiciais, reafirmando o papel do Judiciário como garantidor da justiça e da equidade no âmbito trabalhista.

Registre-se que, com a equalização da força de trabalho no âmbito do TRT14, o manejo das ferramentas passou a ser de atribuição da Secretaria Unificada.

- | | | |
|--|---|---|
|  0000056-61.2019.5.14.0031 |  0000082-88.2021.5.14.0031 |  0000238-08.2023.5.14.0031 |
|  0000192-19.2023.5.14.0031 |  0000249-08.2021.5.14.0031 |  000056-61.2019.5.14.0131 |

h) Procedimentos em relação à Execução Provisória após o trânsito em julgado da principal - Art. 179 da CPCGJT

No período analisado, não foram identificados processos com registro de Execução Provisória em Autos Suplementares (ExProvAS), tampouco de Cumprimento Provisório de Sentença (CumPrSe). O dispositivo em questão determina à Secretaria da Vara do Trabalho que, uma vez transitada em julgado a sentença, sejam anexados aos autos do processo — com a devida retificação da autuação na Classe Processual Cumprimento de Sentença (CumSen) — os arquivos eletrônicos correspondentes às peças inéditas da ação principal, para fins de processamento da execução definitiva, registrando-se a conversão da execução provisória em definitiva.



4.3.6 Documentos Históricos

A Resolução Administrativa nº 079, de 27 de julho de 2021, regula as especificações relacionadas ao reconhecimento do valor histórico dos autos judiciais; recomenda que, antes do arquivamento definitivo de quaisquer processos, seja realizada uma análise criteriosa para determinar se os mesmos possuem relevância histórica ou temática significativa. Esta avaliação é fundamental para assegurar que documentos e processos com importância histórica sejam devidamente identificados e preservados.

No caso de identificação de processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, é imprescindível que esses autos sejam devidamente selados como “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe (Processo Judicial Eletrônico). Tal ação visa garantir que o conteúdo desses processos seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas (Artigo 40 da Resolução).

Assim, após a atribuição do referido selo, é essencial que a Comissão Permanente de Avaliação Documental seja formalmente comunicada sobre a relevância do processo. Essa comunicação permite que a referida Comissão/CPADM adote as providências adequadas para o armazenamento, organização e preservação desses documentos, assegurando que permaneçam acessíveis às gerações futuras.





4.3.7 Demais aspectos da execução

No tocante a algumas ocorrências processuais, na fase de execução, as quais repercutiram em elastecimento do prazo médio, impactando, por via reflexa, no desempenho do Tribunal, à luz da orientação da CGJT, procede-se à crítica de alguns processos, por amostragem, conforme dados extraídos do sistema e-Gestão (1ª Instância - Relatórios de Resumo - K - Prazos Médios - K.2 - Cumprimento de sentença - K.2 Do início do cumprimento de sentença até a extinção), a saber:

Relatório
extraído do
Sistema e-
Gestão

0010539-63.2013.5.14.0031
prazo de 3.977 dias, entre o início
(28/04/2014) e o encerramento da
execução (18/03/2025).
ENTE PRIVADO

Relatório
extraído do
Sistema e-
Gestão

0010400-34.2001.5.14.0031
prazo de 2.382 dias, entre o início
(29/01/2018) e o encerramento da
execução (07/08/2024).
ENTE PÚBLICO



4.3.8 Expedição de Precatório Requisitórios e Requisições de Pequeno Valor- G-PREC

O G-PREC-Gestão Eletrônica de Precatórios - é hoje o sistema de gerenciamento de Precatórios e RPVs, integrado ao sistema PJe. As unidades judiciárias são responsáveis pelos lançamentos, a propiciar, assim, um maior controle estatístico e a dinamizar o próprio cumprimento das requisições. A fidedignidade das informações quanto ao volume de Precatórios e RPVs expedidos, assim como de valores pagos e pendentes de pagamento, depende, diretamente, do compromisso das Varas em proceder aos corretos lançamentos no sistema, sobretudo nas hipóteses de RPVs, na medida em que tramitam nas unidades judiciárias, diferentemente do que ocorre com os Precatórios Requisitórios, cujas conferências e pagamentos ficam a cargo do Núcleo correspondente.

4.3.8.1 Requisição de pequeno valor



2023

0 RPV autuada



0 quitada integralmente

2024

12 RPVs autuadas



8 quitadas integralmente

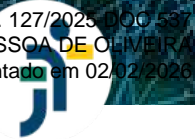
2025

2 RPVs autuadas



0 quitada integralmente





4.3.8.2 Precatórios



Ainda nesta data, em consulta ao sistema Gprec, verificou-se que a Unidade autuou 9 (nove) precatórios no ano de 2023; 15 (quinze), em 2024 e 1 (um) no presente exercício.

2023	9 autuados	>>>	1 quitado integralmente
2024	15 autuados	>>>	0 quitado integralmente
2025	1 autuado	>>>	0 quitado integralmente

4.3.8.3 Pendências Procedimentais e de Fluxo

A respeito das Requisições de Pequeno Valor (RPVs), a Secretaria da Corregedoria procedeu ao mapeamento, por meio do Sistema GPREC, cujos dados foram validados. Constatou-se, ao final, a inexistência de RPVs autuadas, vencidas e ainda pendentes de quitação sob a responsabilidade da unidade.

Outro aspecto mencionado no aludido expediente, refere-se a Precatórios e Requisições de Pequeno Valor porventura contidas no campo Requisição de Pagamentos - Pré-cadastro de RP, do GPREC, aba diligência. Não foram localizados processos nessa situação.



4.3.9. Adesão aos Editais do Leilão Judicial Unificado

Este Regional implementou o Leilão Judicial Unificado, conforme Provimento n° 008, de 15/07/2020 e, dessa forma, as Varas do Trabalho, no caso de bens aptos a serem leiloados, deverão utilizar referida modalidade de alienação, nos moldes do Memorando-Circular n. 003/2022/TRT/SCR, enviado em data de 08/03/2022.



Aponte a câmera do celular para acessar informações do Leilão Judicial Unificado

A unidade correccionada foi devidamente consultada acerca do cumprimento do provimento em questão. Ao ser instada a se manifestar, informou que aderiram integralmente.



4.3.10. Execuções Fiscais

Atualmente, a Unidade possui 3 (três) Execuções Fiscais, das quais todas aguardando o final do sobrestamento.



A Secretaria-Geral Judiciária encaminhou a todas as Varas do Trabalho o Memorando-Circular nº 005/2023/TRT14/SGJ, com o objetivo de informar sobre o cadastramento deste Regional para habilitação de seus(as) magistrados(as), servidores(as) e estagiários(as) no Portal Inscreve Fácil, da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional. No referido portal, é possível consultar dívidas ativas, verificar os valores atualizados das Certidões de Dívida Ativa (CDAs), conferir o status da dívida (extinta, parcelada etc.) e, ainda, emitir o DARF para quitação.

Conforme pontuado, "trata-se de solução que pode auxiliar na redução do acervo processual de execuções fiscais, mediante a identificação das dívidas inexigíveis".

Consultada, a Unidade informou que "Sim, esta Unidade se cadastrou no referido sistema. Servidor Cadastrado: REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI".



5. PRÊMIO CNJ DE QUALIDADE

Criado em 2019, O Prêmio CNJ de Qualidade, sucessor do Selo Justiça em Números, implementado em 2013. A presente análise correcional analisará o eixo produtividade, o qual contempla aspectos da gestão judiciária relacionados ao cumprimento das metas nacionais, à celeridade processual, à redução de acervo e ao incentivo à conciliação, cuja extração se dará por meio do Painel de Estatísticas do DATAJUD (<https://painel-estatistica.stg.cloud.cnj.jus.br/estatisticas.html>).

A premiação, atualmente em curso, foi estabelecida por meio da Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024. A análise dos parâmetros da unidade foi realizada conforme QR Code e link abaixo.



Portaria N° 411 de
02/12/2024



PRÊMIO CNJ
QUALIDADE 2025

Eixo de produtividade (Artigo 10 da Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024)

I - alcançar os melhores índices de produtividade comparada do Poder Judiciário (IPC-Jus) no respectivo segmento de justiça (90 pontos):

O IPC-JUS é uma metodologia criada para apresentar os resultados do Tribunal, em sua integralidade. Não é possível, até o momento, apresentar o IPC-JUS das unidades de forma individualizada.

II – reduzir a taxa de congestionamento líquida (TCL) em um ano, excluídos os processos de execução (50 pontos):

A TCL é um indicador que mede eficiência, mostra o percentual de processos pendentes em relação ao total de processos que o Judiciário deveria ter conseguido julgar em determinado período, desconsiderando os casos solucionados por outras formas que não o julgamento do mérito.



Fórmula da Taxa de Congestionamento Líquido (TCL):

$$TCL = \left(\frac{\text{Processos Pendentes}}{\text{Processos Pendentes} + \text{Processos com Julgamento de Mérito}} \right) \times 100$$

QUADRO 24

	Resultado Prêmio anterior	Resultado atual	Patamar para atingir pontuação máxima
TRT 14	31,74%	36,18%	Redução de 2 p.p ou abaixo de 25%
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES	16,81%	20,24%	

III – obter os menores tempos médios de tramitação dos processos pendentes líquidos (50 pontos):

QUADRO 25

	Resultado Prêmio anterior	Resultado atual	Patamar para atingir pontuação máxima
TRT 14	543 dias	509 dias	180 dias
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES	641 dias	335 dias	

IV – atingir os melhores índices de conciliação e composição de conflitos no respectivo segmento de justiça (50 pontos):

QUADRO 26

	Indicador	Resultado atual	
		TRT14	1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES
1	Índice de audiências de conciliação nos últimos 12 meses	91,94%	61,54%
2	Índice de conciliação nos últimos 12 meses	27,08%	27,14%



Diante do quadro supra, o Excelentíssimo Corregedor recomenda a Unidade:

- Inclusão de mais processos do tipo “conciliação na fase de conhecimento”;
- Realização de pautas de processos pós-sentença;
- Difundir a utilização do *conciliajt* para identificação dos processos com maior potencial de acordo;
- Realizar tentativas de conciliação nos processos em que foram localizados bens para penhora.

V – cumprir as Metas Nacionais do Poder Judiciário (110 pontos) e VI – julgar ou baixar os processos mais antigos (50 pontos): Conforme ata de correição

XIII – possuir unidades judiciárias com Índice de Atendimento à Demanda (IAD) acima de 100%, de forma a promover a redução do acervo processual (50 pontos):

O IAD é um indicador que mostra se os tribunais estão conseguindo julgar ao menos o mesmo número de processos que recebem em um determinado período, geralmente um ano.

A fórmula básica do IAD é:

$$IAD = \frac{\text{Número de Processos Julgados no Ano}}{\text{Número de Processos Novos no Ano}} \times 100$$

QUADRO 27

	Resultado Prêmio anterior	Resultado atual	Patamar para atingir
TRT 14	105,96%	93,15%	acima de 100%
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES	101,05%	97,95%	

A análise do quadro acima revela uma aparente redução no desempenho tanto do TRT da 14ª Região quanto da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, quando comparados os resultados do ciclo anterior do prêmio com os atualmente apurados.



Eixo de governança (Artigo 9º da Portaria/CNJ N° 411 de 02/12/2024)

XVII – capacitação de magistrados(as) e servidores(as) nos conteúdos relativos aos direitos humanos, gênero, raça e etnia, em consonância com a Resolução CNJ N° 492/2023 e capacitação de magistrados(as) e profissionais que atuam na realização do depoimento especial, conforme Resolução CNJ N° 299/2019 (40 pontos);

No caso, é necessário ressaltar que o referido inc. XVII está relacionado a Diretriz 2 das Metas e Diretrizes das Corregedorias, que determina: “*Acompanhar e garantir o cumprimento de protocolos de julgamento com perspectivas de gênero e raça em processos judiciais e administrativos;*” .

5.1 ASPECTOS IMPORTANTES RELACIONADOS



No âmbito deste e. Regional, novas diretrizes conduziram à atualização da norma interna acerca do sobrestamento na fase de conhecimento e do "desuso" do fluxo "Arquivo provisório" na fase de execução, com a consequente publicação, no dia 18/04/2023, da Recomendação nº 002/2023, a dispor sobre o momento do registro do início e do término da fase de conhecimento, liquidação e execução, no sistema do Processo Judicial Eletrônico-PJe, revogando a Recomendação N° 01/2022 até então vigente, cujos esclarecimentos suplementares constaram do MEMO-CIRCULAR/TRT14/SCR/03/2023.

No dia 26 de setembro de 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho publicou o PROVIMENTO N° 4/CPCGJT, que altera o art. 119, § 1º da Consolidação dos Provimentos. Essa alteração refletiu em nova atualização da Recomendação nº 002/2023, por meio da Recomendação N° 001/2024, a modificar seus art. 3º, parágrafo único, art. 4º e art. 6º, conforme informado por meio do MEMORANDO SCR N° 007/2024/TRT14 às unidades judiciárias deste Regional.





5.2. Controle de sobrestamento vencido

Diante da nova forma de controle de acordos homologados, atualmente migrados para a fase de liquidação, pela ferramenta GIG's, esta Corregedoria Regional está a averiguar se o procedimento tem sido realizado a contento pelas Unidades Correcionadas, com vistas a evitar elastecimentos desnecessários dos prazos processuais no particular.

Constatou-se a efetiva utilização da aludida ferramenta.



5.3 NORMATIVO INTERNA CORPORIS - RECOMENDAÇÃO TRT14 N° 002/2023

Foi publicada, no dia 18/04/2023, a RECOMENDAÇÃO N° 002/2023, cuja atualização foi realizada pela RECOMENDAÇÃO N° 001/2024, as quais dispõem sobre o momento do registro do início e do término da fase de conhecimento, de liquidação e de execução, no sistema do Processo Judicial Eletrônico-PJe.

Referidos normativos foram enviados a todas as Unidades Judiciárias, em data de 19/04/2023, por meio do MEMO-CIRCULAR/TRT/SCR/03/2023 e MEMORANDO/TRT/SCR/007/2024 do dia 06/02/2024, respectivamente, contendo esclarecimentos, como mencionado no tópico 5.3.5.



Aponte a câmera do celular para acessar a Recomendação N° 001/2024

Aponte a câmera do celular para acessar a Recomendação N° 002/2023



5.3.1 Fase de Conhecimento

Em consulta ao sistema Pje da Unidade Correcionada, por amostragem, nos processos de números 0000279-38.2024.5.14.0031, 0000064-28.2025.5.14.0031 e 0000058-21.2025.5.14.0031, constatou-se que estão corretos os registros neste particular.

5.3.2 Fase de Liquidação

Analisando os autos por amostragem, verificou-se que a Unidade registra o início da liquidação imediatamente ao lançamento do trânsito em julgado, como se apurou nos processos de números 0000073-87.2025.5.14.0031, 0000363-39.2024.5.14.0031 e 0000325-27.2024.5.14.0031.

5.3.3 Fase de execução

Em análise aos processos números 0000123-16.2025.5.14.0031 e 0000206-03.2023.5.14.0031, verificou-se regularidade dos lançamentos do início da execução.

No mesmo sentido, quanto à extinção da fase de execução, observou-se a exatidão dos lançamentos, conforme apurado nos autos números 0000050-44.2025.5.14.0031 e 0000075-57.2025.5.14.0031.



5.4. Temas de sobrestamento - Repercussão Geral



A presente análise visa esclarecer e apurar o adequado registro do tema associado à suspensão/sobrestamento, voltado especificamente ao acompanhamento dos recursos repetitivos ou precedentes, cujas diretrizes estão alinhadas na Resolução nº 235, de 13 de julho de 2016, do Conselho Nacional de Justiça. Como orientação interna, destaca-se a NOTA TÉCNICA Nº 04/2022 - TRT14/CI/NUGEPNAC, a qual tem como finalidade orientar os(as) usuários(as) da ferramenta sobre os lançamentos de suspensão ou sobrestamento, com vistas à adequação ao Sistema de Gerenciamento de Precedentes.

Em atendimento ao normativo, foi criado um banco de dados com a finalidade de publicar processos sujeitos às sistemáticas da repercussão geral, do recurso de revista repetitivo, do recurso especial repetitivo, do incidente de resolução de demandas repetitivas (IRDR), do incidente de assunção de competência (IAC), do incidente de uniformização de jurisprudência (IUJ), bem como dos processos sobrestados no âmbito do TRT14. (QR Code ao lado e link para acesso: <https://drive.google.com/file/d/18935qBHeo4NS-whnsbmnxEkTcztoeWfK/view?usp=sharing>)



Casos repetitivos
e precedentes

Como orientação interna, destaca-se a INFORMAÇÃO Nº 193/2024/TRT14/SCR/SGJ/DAPJE/DIEST (QRCode abaixo), a qual destaca que os temas informados nos movimentos de suspensões devem estar presentes na listagem do Banco Nacional de Precedentes Qualificados - PANGEA, acessível em <https://pangeabnp.pdpj.jus.br/>.

Em síntese, caberá à Unidade Judiciária observar o correto lançamento da complementação ao movimento “sobrestamento” nos casos tipificados de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, Recursos de Revista Repetitivos e Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, a fazer uso do registro específico “Incidente de recurso repetitivo (50092)” e “Recurso extraordinário com repercussão geral no STF (265)”, abstendo-se dos lançamentos mais corriqueiros, a saber: Decisão Judicial (898) e Dependência de julgamento de outra causa, de outro juízo ou de declaração incidente (272).

Com base no estudo contido na manifestação acima assinalada e em consulta ao acervo processual da Unidade, verificou-se que não possui processos sobrestados com casos tipificados de Incidentes de Resolução de Demandas Repetitivas, Recurso Extraordinário com Repercussão Geral, Recursos de Revista Repetitivos e Incidentes de Uniformização de Jurisprudência, a fazer uso do registro específico “Incidente de recurso repetitivo (50092)” e “Recurso extraordinário com repercussão geral no STF (265)”.



Suspensões com
código de tema
inexistente

5.4.1. Julgamento e Acordos parciais

O artigo 356 do CPC permite ao juiz decidir parcialmente o mérito. No entanto, nos termos do art. 119 da Consolidação dos Provimentos da CGJT, só pode ser movimentado para a fase seguinte o acordo que ponha fim à lide. Portanto, em relação a acordos parciais, os autos devem permanecer suspensos na fase de conhecimento, aguardando cumprimento do acordo. Tal procedimento reclama especial atenção no que diz respeito aos lançamentos correspondentes, conforme orientações elencadas do documento acostado lateralmente - CONSULTA ADMINISTRATIVA nº 0000138-09.2024.2.00.0500, da Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho (QRCode ao lado).



Acordos parciais





Julgamentos parciais

Em suma, homologado acordo parcial, o Juízo deve seguir os seguintes passos de registro: movimento 50094 - Julgado antecipadamente parte do mérito ("classe processual") de "nome da parte" com "resultado do julgamento", e o valor para o complemento "resultado do julgamento" seria o 7707 - homologação da transação. Na sequência, o Juízo deverá suspender o processo com o movimento 11013 - Suspensão o processo por convenção das partes.

Em consulta ao relatório do E-gestão Nacional - Julgamentos parciais - no e-gestão, na pasta 2 - Relatórios de Resumo -> B - Fase de Conhecimento -> B.10 - Julgamentos Parciais, não foram localizados processos com julgamento parcial, conforme *QRCode* a seguir.

5.4.2. Lançamento e atualização das parcelas de acordos



Conforme consignado nos tópicos 6, 6.1 e 6.2, após a decisão homologatória de acordo, deve ser procedida imediata alteração da fase processual para "liquidação".

Em caráter informativo, ratificando o já divulgado pela Divisão de Apoio ao Pje, em quadro de avisos direcionados aos usuários internos - publicação de 22/03/2024 -, assenta-se que, consoante a nova versão 2.10 do PJe, do encaminhamento do feito para o fluxo de controle de acordo, resulta o automático lançamento de sobrestamento, o que permite o devido controle das parcelas e seus oportunos registros de quitação, dispensando-se a necessidade de transferir o processo nos fluxos "controle de acordo" e "sobrestamento". O feito, uma vez assim migrado, deverá aguardar o pagamento no fluxo "controle de acordo".

Tem-se, portanto, que a Unidade deverá permanecer a observar a nova regra do sistema, o que fica desde logo recomendado.

6. CONCILIAÇÃO



Quanto ao número de conciliações, em relação ao número de processos solucionados (incluídos os sem exame do mérito), os dados apontam o seguinte panorama:

6.1 Percentual bruto

QUADRO 20- 2023

Período de referência de 01-01-2023 a 31-12-2023			
Unidade	Conciliações	Percentual de conciliações	Total Solucionados
1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO	135	46,71%	289

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → 3. Relatórios Gerenciais → A. Das varas do Trabalho → 1. Fase de Conhecimento → 2. Solucionados → A.1.2.7. Conciliação por Região Judiciária → Adicionar o filtro: Conciliação por VT).



QUADRO 21- 2024

Período de referência de 01/01/2024 a 31/12/2024			
UNIDADE	Conciliações	Percentual de Conciliação	Total Solucionados
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	157	49,06%	320

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → 3. Relatórios Gerenciais → A. Das varas do Trabalho → 1. Fase de Conhecimento → 2. Solucionados → A.1.2.7. Conciliação por Região Judiciária → Adicionar o filtro: Conciliação por VT).

QUADRO 22

Período de referência de 01/06/2024 a 31/07/2025			
UNIDADE	Conciliações	Percentual de Conciliação	Total Solucionados
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	199	46,39%	429
TRT-14	8.066	37,28%	21.636

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → 3. Relatórios Gerenciais → A. Das varas do Trabalho → 1. Fase de Conhecimento → 2. Solucionados → A.1.2.7. Conciliação por Região Judiciária → Adicionar o filtro: Conciliação por VT).

QUADRO 23

Taxa de conciliação na fase de execução	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
Total de processos extintos por acordo	63,0	93,0	36,0
Extintas por pagamento	85,0	79,0	155,0
Prescrição intercorrente	12,0	18,0	20,0
Cumprimento da obrigação de fazer e não fazer	0,0	0,0	0,0
Extinção-outras	2,0	2,0	2,0
Total-extintas	162,0	192,0	213,0
Apensamentos	1,0	0,0	0,0
Total-encerradas	163,0	192,0	213,0
Percentual de conciliação	38,65	48,43	16,9
Percentual de conciliação - TRT14	0,,0	0,0	16,12



QUADRO 24

Taxa de conciliação na fase de liquidação	2023	2024	01/06/2024 a 31/07/2025
Total de processos extintos por acordo na liquidação	2,0	8,0	13,0
Liquidações encerradas	54,0	92,0	126,0
Percentual de conciliação	3,7	8,69	10,31
Percentual de conciliação - TRT14	0,0	0,0	8,63

6.2 Percentual de conciliação líquido



Quanto ao percentual líquido de conciliações (o qual considera a proporção apenas sobre os processos solucionados com exame do mérito), a Unidade Judiciária obteve os seguintes resultados:

Quadro 25- 2023

Descrição da Vara	Conciliados	Solucionados	ICONc
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	142	289	49,13%

Quadro 26- 2024

Descrição da Vara	Conciliados	Solucionados	ICONc
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	159	320	49,69%

Quadro 27- (01/06/2024 a 31/07/2025)

Descrição da Vara	Conciliados	Solucionados	ICONc
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	204	429	47,55%

Fonte: Relatório extraído do sistema e-Gestão Nacional (Pastas Públicas → e-Gestão → Indicadores → Indicadores do Planejamento Estratégico da Justiça do Trabalho → Ano → Meta 09 PEJT - ICONc - 1º Grau

6.3 Recomendação 72 da CGJT

Ata de Correição da CGJT

A Recomendação 72 da CGJT, oriunda da Correição Ordinária, ocorrida no TRT14, de 27 a 30/01/2025, determinou a adoção de providências para sensibilização dos magistrados, servidores e sociedade, acerca da importância da solução consensual dos conflitos, para fortalecer a atividade conciliatória e elevar o percentual de conciliações, diante dos baixos índices verificados no Tribunal, no período correicionado, segundo dados estatísticos da Meta Nacional 3 que constam no Painel da Estratégia da Justiça do Trabalho.



7. RECURSOS REMETIDOS AO 2º GRAU



QUADRO 28- 2023

Região Judiciária	TRT	Recursos Ordinários			Agravo de Instrumento em recurso ordinário			Agravo de Petição			Agravo de Instrumento em agravo de petição			Recurso Adesivo			Reexame necessário	Total		
		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	14	88	78	5	4	2	1	26	21	1	4	2	2	5	4	0	0	127	107	3
Soma		88	78	5	4	2	1	26	21	1	4	2	2	5	4	0	0	127	107	3

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025 (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária.

QUADRO 29- 2024

Região Judiciária	TRT	Recursos Ordinários			Agravo de Instrumento em recurso ordinário			Agravo de Petição			Agravo de Instrumento em agravo de petição			Recurso Adesivo			Reexame necessário	Total		
		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	14	154	125	7	2	3	0	32	18	5	2	3	1	6	5	0	0	196	154	1
Soma		154	125	7	2	3	0	32	18	5	2	3	1	6	5	0	0	196	154	1

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025 (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária.

QUADRO 30- 01/06/2024-31/07/2025

Região Judiciária	TRT	Recursos Ordinários			Agravo de Instrumento em recurso ordinário			Agravo de Petição			Agravo de Instrumento em agravo de petição			Recurso Adesivo			Reexame necessário	Total		
		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa	Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa		Interpostos	Remetidos	Pendente de remessa
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	14	201	164	8	3	3	0	33	22	4	0	0	0	14	11	1	0	251	200	0
Soma		201	164	8	3	3	0	33	22	4	0	0	0	14	11	1	0	251	200	0

Fonte: Relatório Gerencial extraído do sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025 (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios Gerenciais → A - Das Varas do Trabalho → 5 - Diversos → A.5.4 - Recursos por Região Judiciária → 4. Tabela por VT.

8. ARRECADAÇÃO E VALORES PAGOS AOS AUTORES



Em consulta ao sistema e-Gestão, foram apurados os seguintes dados:

QUADRO 31

	2023	2024	01/06/2024-31/07/2025
Arrecadação	R\$ 480.264,19	R\$ 1.088.523,44	R\$ 995.863,13
Valores pagos aos autores	R\$ 4.367.753,60	R\$ 12.133.805,63	R\$ 18.353.590,85

Fonte: Relatório de Resumo extraído do sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025 (Pastas Públicas → e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios de Resumo → Arrecadação → Arrecadação e Valores pagos); e-Gestão → 1ª Instância → Relatórios de Resumo → 1.1 Valores pagos aos reclamantes.

Em que pese não se evidenciar inconsistências nesses dados, recomenda-se cautela e monitoramento em seus lançamentos, na medida em que erros e omissões podem acarretar reflexos significativos na performance da Unidade, bem como do próprio Tribunal, em âmbito nacional.





9. PRAZOS EM GERAL

9.1. PRAZOS DOS JUÍZES

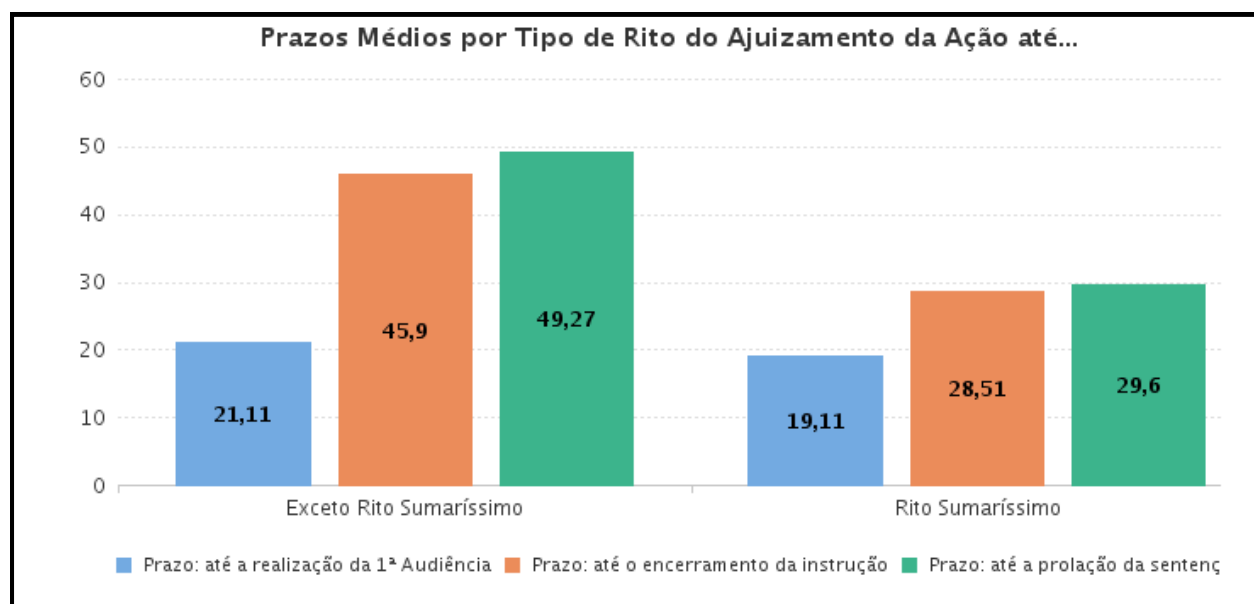
QUADRO 32

Período de Referência 01/06/2024 a 31/07/2025		
DO AJUIZAMENTO DA AÇÃO ATÉ:	TOTAL	
	QUANTIDADE	PRAZO
(A) REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA	452	20,18
(B) O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	502	37,97
(C) A PROLAÇÃO DA SENTENÇA	488	40,24

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 31/07/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios de Resumo → K- Prazos Médios → K.1 Fase de conhecimento → K.1.1 A partir do ajuizamento da ação.

Analisando os prazos médios para o período de 01/06/2024 a 31/07/2025, o tempo para a realização da primeira audiência, a contar do ajuizamento da ação, é de 20,18 dias. O processo avança para o encerramento da instrução em um prazo médio de 37,97 dias, culminando na prolação da sentença em um tempo médio total de 40,24 dias.

No quadro abaixo, há um detalhamento dos prazos médios por tipo de rito do ajuizamento da Ação: 21,11 para o rito ordinário e 19,11 para o rito sumaríssimo.



9.1.1. Audiência inaugural



Correição ordinária de 2024



de 01/06/2024 a 31/07/2025
 entre a data do ajuizamento da
 ação e a audiência inaugural



15,96 dias
 para os processos do rito
 sumaríssimo



19,11 dias
 para os processos do
 rito sumaríssimo



17,11 dias
 para os processos do rito
 ordinário



21,11 dias
 para os processos do
 rito ordinário

Observa-se uma oscilação no tempo médio para a realização da audiência inaugural ao longo dos períodos analisados. A comparação entre os dados da Correição Ordinária de 2024 e o período subsequente, de 01 de junho de 2024 a 31 de julho de 2025, revela um aumento nos prazos para a primeira audiência em ambos os ritos.

Na Correição de 2024, o tempo médio para os processos do rito sumaríssimo era de 15,96 dias, enquanto para o rito ordinário era de 17,11 dias. No período seguinte (01/06/2024 a 31/07/2025), houve um acréscimo nos prazos, com o rito sumaríssimo subindo para 19,11 dias e o rito ordinário para 21,11 dias.

Essa elevação, quando comparada aos dados da Correição Ordinária de 2024, indica um dilatamento no tempo de agendamento das audiências inaugurais, embora os índices ainda permaneçam em patamares céleres.

9.1.2 Encerramento da instrução

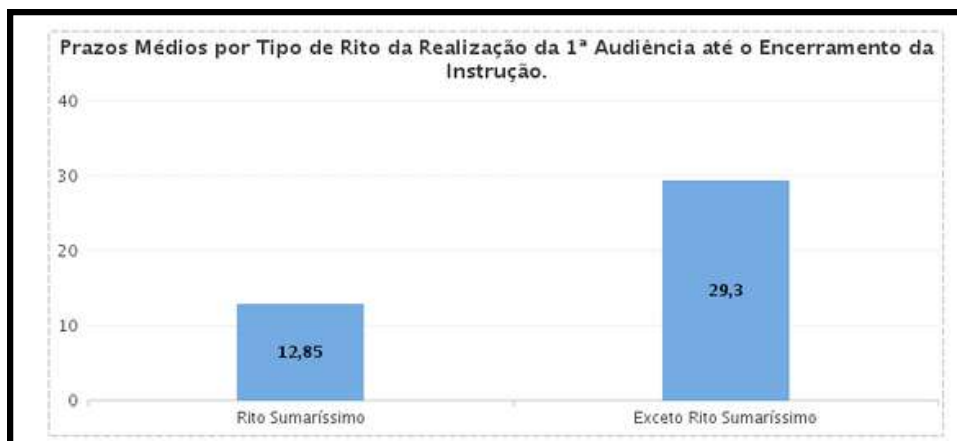


Para a 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, no período de 01/06/2024 a 31/07/2025, o prazo médio da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução foi de 21,83 dias.

QUADRO 33


Período de Referência 01/06/2024 a 31/07/2025		
DA REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	TOTAL	
	QUANTIDADE	PRAZO
(A) DA REALIZAÇÃO DA 1ª AUDIÊNCIA ATÉ O ENCERRAMENTO DA INSTRUÇÃO	434	21,83





Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 31/07/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios de Resumo → K- Prazos Médios → K.1 Fase de conhecimento → K.1.2 Da realização da 1ª audiência até o encerramento da instrução.

 **Correição Pretérita**

 **Correição Atual**

 **8,87 dias**
Rito Sumaríssimo

 **12,85 dias**
Rito Sumaríssimo

 **29,12 dias**
Rito Ordinário

 **29,3 dias**
Rito Ordinário

A análise comparativa dos prazos revela uma evolução com movimentos distintos para cada rito processual ao longo dos períodos observados. A comparação entre as correições demonstra uma dinâmica de mudanças que indica estabilidade no rito ordinário, enquanto o rito sumaríssimo registrou um aumento no tempo médio de tramitação.

Na Correição Pretérita, o prazo médio para os processos de rito sumaríssimo era de 8,87 dias, enquanto o rito ordinário registrava 29,12 dias. Ao avançar para a Correição Atual, notou-se uma elevação no prazo do rito sumaríssimo, que subiu para 12,85 dias. Em contrapartida, o rito ordinário apresentou uma variação mínima, mantendo-se praticamente estável com o tempo médio de 29,3 dias.

Este cenário aponta para a manutenção da celeridade no rito ordinário, contrastando com o dilatamento observado no indicador do rito sumaríssimo no período mais recente.

9.1.3 Prolação de sentenças e decisões



QUADRO 34

DA CONCLUSÃO ATÉ A PROLAÇÃO DE SENTENÇA	01/06/2024 a 31/07/2025
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	5.38

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 2- Relatórios Gerenciais - A- Das Varas do Trabalho- 4- Prazos Médios- A.4.2 Por etapas da fase de conhecimento



PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP: <https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>

Para a 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO, no período de 01/06/2024 a 31/07/2025, o prazo médio entre a conclusão do processo e a prolação da sentença foi de 5,38 dias.

QUADRO 35

Magistrado	Da Conclusão até a Prolação da Sentença	
	Total	
	Qtde	Prazo
AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO	117	3,32
FERNANDA CAVALCANTE FON SOARES	4	29
JOSE CARLOS HADAD DE LIMA	81	5,16
LUISA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO	4	0,75
SILMARA NEGRETT	84	7,56
TOTAL	290	5,38

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025. Consulta: E-gestão → Primeira Instância → Relatórios Gerenciais → B- Dos Juízes → 2- Prazos Médios → B.2.1 Da conclusão até a prolação da Sentença.



Correição anterior

6,1 dias



**de 01/08/2024 a 31/05/2025
da conclusão até a prolação da
sentença, na fase de conhecimento**

5,38 dias

No período correicionado (de 01/08/2024 a 31/05/2025), o desempenho dos cinco magistrados que atuaram na Vara no que tange ao prazo médio, em dias, entre a conclusão e a prolação da sentença, totalizando 290 processos analisados com uma média geral de 5,38 dias.

A distribuição por magistrado foi a seguinte: AILSSON FLORIANO PINHEIRO DE CAMARGO proferiu 117 sentenças, com um prazo médio de 3,32 dias; FERNANDA CAVALCANTE FON SOARES proferiu 4 sentenças, com um prazo médio de 29 dias; JOSE CARLOS HADAD DE LIMA proferiu 81 sentenças, com um prazo médio de 5,16 dias; LUISA AZEVEDO BRUGNOLI RIBEIRO proferiu 4 sentenças, com um prazo médio de 0,75 dias; e SILMARA NEGRETTI proferiu 84 sentenças com prazo de 7,56 dias.

Em consulta ao PJe, realizada em 13/08/2025, constatou-se que o processo nº 0000038-30.2025.5.14.0031 encontra-se concluso para sentença ao Juiz Substituto Ailsson Floriano Pinheiro de Camargo desde 09/07/2025. Ao ser consultado, o Assessor-Chefe de Gabinete informou que o feito está abrangido pela ordem de suspensão proferida pelo Excelentíssimo Ministro do STF, Gilmar Mendes, no âmbito do Tema 1389, com repercussão geral reconhecida no Recurso Extraordinário com Agravo (ARE) 1.532.603.

A controvérsia em exame trata não apenas da validade dos contratos, mas também da competência da Justiça do Trabalho para julgar casos envolvendo supostas fraudes, além de discutir a distribuição do ônus da prova entre o trabalhador e o contratante, matéria que será objeto de futura deliberação.





9.1.4 Prazos para despachos

No período correccionado, verificou-se que o prazo médio apurado para exarar despachos obedecem a norma vigente, o que pode ser constatado na "Tabela de Prazos para Despacho", aferíveis no QR Code e link ao lado.



Prazos para despacho



prazo médio correição anterior

1,18 dias



prazo médio atual

1,18 dias



9.1.5 Processos pendentes de solução

De igual forma, em 31/07/2025, pendiam de solução os quantitativos e percentuais de processos elencados no quadro ao lado:

PROCESSOS PENDENTES DE SOLUÇÃO MAIS ANTIGOS		
ANO	QUANTIDADE	PERCENTUAL
2025	82	100%
TOTAL	82	100%

QUADRO 36

Fonte: Relatório Gerencial extraído do Sistema e-Gestão Nacional no dia 06/08/2025. Consulta: e-Gestão → Primeira Instância → 3- Relatórios Gerenciais → A- Das Varas do Trabalho → 1- Conhecimento → 3- Pendentes de Solução → A.1.3.2 Pendentes de Solução por ano do Processo.

9.2 PRAZOS DA UNIDADE

9.2.1. Prazo para conclusão

O relatório dos prazos estão disponibilizados na "Tabela de Prazos para Cumprimento", aferíveis no QRCode e link ao lado.



Prazos para conclusão



Prazo médio correição anterior

0,80 dias



Prazo médio total

0,60 dia

9.2.2. Prazo para cumprimentos de determinações



O relatório dos prazos estão disponibilizados na "Tabela de Prazos para Cumprimento", aferíveis no QRCode e link ao lado.



Prazos para cumprimento



Prazo médio correição anterior

2,33 dias



Prazo médio total

0,93 dia



**10. ATIVIDADES DE DOCÊNCIA DOS MAGISTRADOS(AS)**

Em atendimento aos arts. 3º, 4º e 27 da Resolução CNJ n 034/2007, com as respectivas alterações, notadamente a procedida pela Resolução CNJ nº 373, de 12 de fevereiro de 2021, a qual alterou o art. 4º-A e revogou o art. 5º-A da Resolução CNJ nº 34/2007, foi encaminhado o Memorando Circular nº 08/2017/SC a todos(as) os(as) Juízes(as) de 1º grau, informando acerca da disponibilização do sistema a que faz referência o *caput* do art. 3º, no âmbito deste Tribunal, e da necessidade de que os(as) próprios(as) magistrados(as) interessados(as) procedam à inserção de seus dados na ferramenta.

Conforme informações prestadas pela unidade, verifica-se que os magistrados não realizaram atividade de docência.

**11. SISTEMA I-GEST**

O Índice Nacional de Gestão de Desempenho da Justiça do Trabalho – I-Gest - foi desenvolvido pela CGJT a partir do Mapeamento Global de Desempenho dos Tribunais Regionais do Trabalho da 2ª e 15ª Regiões, tendo como objetivo central a contribuição para o aprimoramento da gestão das Varas do trabalho do país. É de se pontuar que foi considerado o período de 01/04/2024 a 31/03/2025, conforme última atualização ocorrida em 13/05/2025.

**11.1. ÂMBITO REGIONAL/NACIONAL**

a) no âmbito do Tribunal Regional do Trabalho desta 14ª Região (32 Varas):

QUADRO 38

Unidade	Faixa de Casos	Acervo (Peso 0,2)	Celerida de (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionam ento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	0000 a 0500	0,0490	0,5533	0,3309	0,3056	0,4334	0,3344	1º

b) no âmbito do Nacional, por faixa de casos novos, de acordo com os critérios estabelecidos na Resolução CSJT nº 63/2010 (28 Varas):

QUADRO 39

Unidade	Faixa de Casos	Acervo (Peso 0,2)	Celerida de (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionam ento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	0000 a 0500	0,0990	0,3811	0,4316	0,3100	0,2135	0,2870	2ª

c) no âmbito do Nacional (1.570 Varas):

QUADRO 40

Unidade	Faixa de Casos	Acervo (Peso 0,2)	Celeridad e (Peso 0,2)	Produtividad e (Peso 0,2)	Taxa de Congestionam ento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO/RO	0000 a 0500	0,0248	0,4631	0,4145	0,2557	0,3656	0,3048	116º



d) Comparativo do desempenho da Unidade Judiciária, nos três períodos mais recentes:

QUADRO 41

Ano	Acervo (Peso 0,2)	Celeridade (Peso 0,2)	Produtividade (Peso 0,2)	Taxa de Congestionamento (Peso 0,2)	Força de Trabalho (Peso 0,2)	Resultado	Colocação
2022	0.0195	0.1322	0.5112	0.2573	0.4041	0.2648	66°
2023	0.0238	0.178	0.5273	0.3577	0.4494	0.3072	187°
2024	0.0237	0.2192	0.3759	0.2642	0.4237	0.2614	40°
01/06/2024 - 31/07/2025	0,0248	0,4631	0,4145	0,2557	0,3656	0,3048	116°

11.2. ÂMBITO REGIONAL

De acordo com o módulo denominado I-GEST 14, vinculado ao sistema CANDIRU, observa-se que a Unidade obteve o seguinte desempenho nos seguintes meses:

QUADRO 42

Classificações nos últimos seis meses			
Fevereiro/2025	7°	Maio/2025	4°
Março/2025	3°	Junho/2025	1°
Abril/2025	4°	Julho/2025	1°



12. CUMPRIMENTO DAS METAS NACIONAIS DO PODER JUDICIÁRIO



12.1. METAS NACIONAIS PARA 2025

Metas do CNJ - Resultados acumulados até 30/06/2024:

QUADRO 43

Unidade	Meta 1	Meta 2		Meta 3	Meta 5	IAM c/ cláusula	IAM s/ cláusula
		93%	98%				
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	91,23%	107,53%	102,04%	124,48%	82,21%	100%	77,64%



A seguir discriminam-se os resultados atualizados até 07/08/2025:

QUADRO 44

Unidade	Meta 1	Meta 2		Meta 3	Meta 5	IAM c/ cláusula	IAM s/ cláusula
		94%	100%				
1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO	83,58%	106,38%	102,78%	107,19%	79,44%	100%	76,30%

Meta 1 – Julgar mais processos que os distribuídos de 20/12/2024 a 19/12/2025, excluídos os suspensos e sobrestados no ano corrente.

Meta 2 – Julgar processos mais antigos - Identificar e julgar, até 31/12/2025, pelo menos 94% dos processos distribuídos até 31/12/2023, nos 1º e 2º graus e todos os processos de conhecimento pendentes de julgamento há mais de 5 anos (2020).

Meta 3 – Aumentar o índice de conciliação na fase de conhecimento em 0,5 ponto percentual em relação à média do biênio 2022/2023 ou alcançar, no mínimo, 38% de conciliação.

Meta 5 – Reduzir a taxa de congestionamento - Reduzir em 0,5 ponto percentual a taxa de congestionamento líquida, exceto execuções fiscais, em relação a 2024. Cláusula de barreira na fase de conhecimento: 40% e Cláusula de barreira na fase de execução: 65%.

12.2. Análise Comparativa dos Quadros 43 e 44 – 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO

A comparação entre os dados constantes nos Quadros 43 e 44 revela uma diminuição no desempenho da 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO.

Meta 1 - Corresponde ao julgamento de quantidade igual ou superior ao número de processos distribuídos no ano, apresentou uma considerável diminuição, passando de 91,23% para 83,58%.

Meta 2 - Embora tenha ocorrido uma redução de 107,53% para 106,38% e 102,04% para 102,78%, o desempenho segue acima do referencial fixado pelo CNJ, demonstrando a continuidade do comprometimento da unidade com a celeridade na tramitação dos processos mais antigos.

Meta 3 - Ainda que o percentual de índice de conciliação na fase de conhecimento tenha diminuído de 124,48% para 107,19%, o desempenho permanece acima do referencial fixado pelo CNJ.

Meta 5 - O Desempenho passou de 82,21% para 79,44%. Tal redução pode decorrer de alterações na estratégia de tramitação processual, priorização de outros objetivos institucionais ou até mesmo do esgotamento de um estoque processual anteriormente represado.

Em síntese, a 1ª Vara do Trabalho de Ariquemes/RO apresentou redução em seu desempenho na Meta 1 e Meta 5, com resultados que ficaram abaixo dos parâmetros de excelência estabelecidos pelos órgãos de controle e avaliação da Justiça do Trabalho, o que indica a necessidade de atenção especial à unidade.

Diante desse quadro, a Presidência deste e. TRT encaminhou o OFÍCIO N.0562/2025/TRT14/GP, que fora reiterado pelo OFÍCIO N. 0612/2025/TRT14/GP, conforme descrito em item 12.4 a seguir.





12.3. META ESPECÍFICA PARA JUSTIÇA DO TRABALHO

Oportuno destacar que os(as) Presidentes ou Representantes dos Tribunais do país, reunidos nos dias 02 e 03 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram Metas Específicas dirigidas ao Judiciário Brasileiro para cumprimento ao longo do ano de 2025.

Ressalta-se que foi definida meta específica de promoção à saúde de magistrados(as) e servidores(as), a partir da realização de exames periódicos [15% dos(as) magistrados(as) e 15% dos(as) servidores(as)], além da necessidade de a promoção de pelo menos 3 (três) ações com vistas a reduzir a incidência de casos de uma das cinco doenças mais frequentes constatadas nos exames periódicos de saúde do ano anterior ou de uma das cinco maiores causas de absenteísmo do ano anterior;

Em relação à 2024, manifestou o Assessor-Chefe de Gabinete de 1o Grau que a servidora ADRIANY MORAES MELO, à época lotada na unidade, realizou o exame.

Diante das informações prestadas pela Unidade, tem-se por cumprida a meta em análise, entretanto, impõe-se recomendar que seja promovida a realização dos exames dos(as) demais servidores(as), com o devido encaminhamento à CAS, tendo em mira não apenas o cumprimento da Meta 10 do CNJ, mas, sobretudo, no intuito de se preservar a sanidade física e mental do seu quadro lotacional.

12.4. Plano de Trabalho 2025 referente as Metas CNJ

Os presidentes ou representantes dos tribunais do país, reunidos em Campo Grande/MS, nos dias 2 e 3 de dezembro de 2024, durante o 18º Encontro Nacional do Poder Judiciário, aprovaram as Metas Nacionais para o Judiciário Brasileiro alcançar em 2025.

Para acompanhar o Plano de Ação de cumprimento das Metas Nacionais 1, 2 e 3 do Poder Judiciário foi autuado o PROAD nº 201/2025.

Considerando o não cumprimento da Meta 1 do CNJ, que interfere diretamente no cumprimento das Metas 3 e 5, a Unidade foi orientada, por meio do OFÍCIO Nº 0541/2025/TRT14/GP, a apresentar um plano de ação, com cópia para Presidência e Corregedoria do TRT14, objetivando monitoramento e apoio institucional.

A resposta à referida solicitação foi devidamente anexada ao PROAD mencionado, por meio do Ofício 1VT/AQS n. 046/2025 (Doc. 81, 85 e 88).

12.5. MONITORAMENTO DOS PAINÉIS ESTATÍSTICOS

Durante a realização dos trabalhos, a equipe de correção apresentou os painéis estatísticos disponíveis do TRT-14 a Magistrados e servidores para monitoramento do desempenho da unidade, conforme *link* e *QR Code* abaixo. Dentre os tópicos sensíveis apresentados, destacaram-se os seguintes: Igest-14, Metas do CNJ, celeridade, prazos médios, taxas de conciliação, produtividade e congestionamento nas fases de conhecimento e execução.



Igest-14



Metas CNJ





13. DEMANDAS EM PARCERIA COM O CENTRO DE INTELIGÊNCIA

O Centro de Inteligência do Tribunal Regional do Trabalho da 14ª Região, instituído pela Portaria GP n. 302, de 15 de abril de 2021 (Revogada) e alterada pela Portaria GP N° 0079, de 30 de Janeiro de 2023, está a manter estreita parceria com esta Corregedoria Regional com vistas, principalmente, ao alinhamento das medidas a serem adotadas no âmbito deste e. Regional, a atingir maior amplitude de seus resultados. Por meio do OFÍCIO CIRCULAR CSJT.SG.SETIC N.º 170/2023, datado de 04/07/2023, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho apresentou o projeto Solária, desenvolvido pelo Tribunal Regional do Trabalho da 9ª Região e, agora, nacionalizado, o qual consiste em uma plataforma para criação e hospedagem de robôs, voltada à automação de tarefas repetitivas das unidades judiciárias e integrada ao Sistema de Processo Judicial Eletrônico (PJe).

Em recente reunião realizada pelo Grupo Decisório do Centro de Inteligência, deliberou-se pela abordagem durante as correições regionais acerca da utilização módulos satélites do PJe ligados ao aludido projeto, denominado RJ9. O robô traz informações sobre alvarás para o processo de forma automatizada (alvará, intimação da parte e registro do pagamento) e requer habilitação da unidade apenas no primeiro acesso.

Em consulta à Unidade Correcionada, esta informou que utiliza a aludida ferramenta.

Todos(as) os(as) Magistrados(as) e Assistentes deste Regional são previamente cadastrados.
 Em consulta à Unidade ora em correição, esta informou que utiliza a referida ferramenta.

14. COMPARTILHAMENTO DE EXPERIÊNCIAS E INICIATIVAS PROCEDIMENTAIS

EXPERIÊNCIAS E INICIATIVAS

A presente abordagem tem o escopo de prestigiar e enaltecer experiências exitosas praticadas pelas Unidades Correcionadas, a fim de, com o intuito cooperativo, compartilhar iniciativas e fortalecer o cumprimento da missão.

Neste particular, a Unidade, ao ser indagada, informou inexistir experiências a serem compartilhadas.

15. RESPONSABILIDADE SOCIOAMBIENTAL E SUSTENTABILIDADE

RESPONSABILIDADE

Considerando a Resolução Administrativa nº 54/2022, que instituiu a Divisão de Sustentabilidade, Acessibilidade, Programas Sociais, de Iniciativas Nacionais e Gestão de Projetos, subordinada à Secretaria de Governança e Gestão Estratégica, esta Corregedoria tem avaliado a participação das Unidades neste particular. Indagada, a Direção informou que: “Sim, fazemos pouca impressões, apagamos as luzes ao sair do ambiente”.



16. PROGRAMAS INSTITUCIONAIS E DESTINAÇÃO DE VALORES



Os Programas Institucionais, além de proporcionar algum alento e momentos prazerosos, propicia aos(às) estudantes e cidadãos(ãs) a oportunidade de conhecerem o funcionamento e a estrutura da Justiça do Trabalho e a ela terem acesso, como medida de emancipação da cidadania.

Neste escopo, a unidade informou a realização do *“Programa Justiça de Portas Abertas, realizada nos dias 13 e 14 de novembro de 2024, com a participação de 60 estudantes do curso de Direito do Centro Universitário Faema de Ariquemes (Unifaema), atividade realizada em conjunto com a 2ª Vara do Trabalho e o Fórum Trabalhista de Ariquemes.”*

Não obstante, a unidade informou que não houve destinação de valores de multa no período correicionado.

Oportuno consignar que, nos termos do Acórdão n. 1955/2023-TCU-Plenário (doc. 2), de relatoria do Ministro Vital do Rêgo, prolatado na sessão de 20/09/2023, resultado da análise dos autos do processo TC 007.597/2018-5, restou decidido que: “[...] a destinação alternativa das indenizações em dinheiro e das multas oriundas da aplicação da Lei da Ação Civil Pública (Lei 7.347/1985), sem o recolhimento ao fundo federal preconizado no art. 13 da respectiva lei e regulamentado pelo Decreto 1.306/1994, ressalvadas as hipóteses em que legislação especial lhes prescreva destinação específica, ofende os princípios e as regras pertinentes ao ciclo orçamentário, estabelecidos na CF/1988 (art. 165, § 5º, e art. 167), na Lei 4.320/1964 (art. 2º, 3º, 59, 60, 72, entre outros), na Lei Complementar 101/2000, no Decreto 93.872/1986, e os critérios legais para a transferência de recursos da União (Lei 13.019/2014 e Decreto 6.170/2007).

Recentemente, contudo, em decisão cautelar proferida nos autos da ADPF 944, o Ministro Flávio Dino (STF) determinou que *“as condenações em ações civis públicas trabalhistas, por danos transindividuais, devem ser direcionadas para: I) o FDD (Fundo dos Direitos Difusos) ou para o FAT (Fundo de Amparo ao Trabalhador); ou II) Alternativamente, devem observar os procedimentos e medidas, inclusive de transparência na prestação de contas, regulados na Resolução Conjunta nº 10 do CNJ e do CNMP. Esta determinação também se aplica aos acordos em ações ou inquéritos civis públicos relacionados a direitos trabalhistas”*. Dessa feita, até ulterior decisão do Plenário do STF, é possível a destinação na forma da Resolução Conjunta nº 10 do CNJ e do CNMP, desde que observadas as suas diretrizes.



17. ASPECTOS DA LEI Nº 13.709/2018 - LEI GERAL DE PROTEÇÃO AOS DADOS PESSOAIS (LGPD)

Detectados casos a envolver divulgações de chaves de acesso para peças processuais publicadas no Diário Eletrônico, a Corregedoria Regional, em parceria com a SACLE, a se ter em conta as implicações contidas na Lei Nº 13.709 de 14 de agosto de 2018 - Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais (LGPD), expediu Memorando Circular nº 001/2023/TRT/SACLE, datado de 16/03/2023, pelo qual se recomendou a revisão dos modelos adotados. da aludida orientação.

Recentemente, foram detectados novos achados no particular, cenário informado a todas as Unidades por intermédio do MEMORANDO CIRCULAR n. 012/2024/TRT14/SGJ, datado de 29/04/2024, a compartilhar a relação de documentos sensíveis para tratamento individualizado.

Em consulta à planilha, nesta data, constata-se que *“não atuou no particular”*





MEMORANDO
CIRCULAR No
012/2024/TRT14/SGJ



Documentos
abertos PJE
publicados no
DEJT



18. OBRIGATORIEDADE DA UTILIZAÇÃO DO SISTEMA PJECOR

O sistema PJeCor, instituído por meio do Provimento CNJ n. 102/2020 e com uso regulamentado, no âmbito deste Tribunal, pela Resolução Administrativa n. 087/2020, foi adotado como ferramenta oficial para tramitação de todos os processos de competência da Corregedoria Regional, em substituição ao sistema PROAD.

Consultada, a Unidade informou que “*acessa o Sistema PJeCor duas vezes por semana, em regra*”.



Link de acesso ao
PJeCor

19. FERRAMENTA WIKI



FERRAMENTA

O Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância – WIKI VT - é uma ferramenta de gestão do conhecimento que descreve e orienta as rotinas das Secretarias das Varas do Trabalho, servindo de instrumento de acesso rápido e eficaz para compreensão das atividades procedimentais realizadas no âmbito do 1º grau de jurisdição.



Link de acesso ao
WikiVT



Art. 29
Art. 32

PROVIMENTO Nº 4/GCGJT,
DE 26 DE SETEMBRO DE
2023

No particular, através do Provimento nº 2 /GCGJT, de 18 de abril de 2023, a Corregedoria-Geral da Justiça do Trabalho acrescentou o inciso VIII ao artigo 29 da Consolidação dos Provimentos da Corregedoria-Geral do Trabalho, atualizado em set/2023, com a seguinte redação:

Art. 29. Compete ao Corregedor Regional: [...]; VIII - orientar os magistrados e os servidores das varas do trabalho quanto à utilização regular da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT na tramitação dos processos”.

Nesse mesmo sentido, vaticina o inciso VI ao artigo 32:

Art. 32. O Corregedor Regional deverá realizar correição ordinária anual em cada vara do trabalho do tribunal respectivo, cabendo-lhe examinar: [...]; VI - a regular utilização, pelos magistrados e servidores, da ferramenta eletrônica Fluxo Nacional Otimizado de Procedimentos em Primeira Instância - WIKI-VT na tramitação dos processos” .



Em ato conjunto da Corregedoria Regional e a Secretaria-Geral Judiciária, promoveu-se reunião com todos(as) os(as) Diretores(as) de Secretaria, à época, a qual foi realizada no dia 25/05/2023, com resultado satisfatório, nos termos da ata de ID. 2957247 do PJeCor nº 0000064-44.2023.2.00.0514 - autuado para esse fim. Naquela ocasião, foram apresentadas as funcionalidades da ferramenta e sanadas as dúvidas.

Indagada, a Unidade informou que não utiliza a ferramenta WIKI.

20. INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL: CHAT-JT



No dia 03 de fevereiro de 2025, o Conselho Superior da Justiça do Trabalho (CSJT) lançou o projeto de Inteligência Artificial da Justiça do Trabalho e com ele a primeira ferramenta de IA generativa (Chat-JT), que foi desenvolvida para contribuir com o trabalho de magistrados, servidores e estagiários da instituição de forma mais segura e eficiente.

Em suma, o Chat-JT é uma ferramenta similar aos principais produtos de mercado, mas voltado exclusivamente para auxiliar profissionais da Justiça do Trabalho nas suas mais diversas atividades, tais como, a automatização de consultas, rotinas dos fluxos de trabalho e na tomada de decisões estratégicas.

Com a ferramenta é possível, entre outras coisas:

- Otimizar a consulta de leis e jurisprudência (Sistema Falcão);
- Consultas inteligentes às diversas bases de dados internas da instituição;
- Assistência na criação de ementas no padrão do Conselho Nacional de Justiça (CNJ);
- Análise de documentos; e
- Criação de assistentes personalizados para área jurídica e administrativa.



[Link para o treinamento do CSJT](#)

Nesse contexto, orientam-se magistrados, servidores e estagiários a fazer efetivo uso dessa valiosa ferramenta na sua rotina de trabalho, a fim de otimizar procedimentos e atribuições funcionais, inclusive conforme nova regulamentação do CNJ sobre a matéria disciplinada na Resolução 615, de 11 de março de 2025.

A unidade informou que faz uso do CHAT-JT notadamente na elaboração de sentenças, pelo magistrado e por sua assistente.

21. DO NÚCLEO DE COOPERAÇÃO JUDICIÁRIA

Encontra-se implantado no âmbito da 14ª Região, por meio da Portaria GP n. 0297, de 13 de abril de 2021, vinculado à Corregedoria Regional, o Núcleo de Cooperação Judiciária, constituindo importante instrumento para a efetividade e celeridade processual, permitindo a otimização de recursos, a prevenção de decisões conflitantes, a gestão eficiente de demandas repetitivas e o compartilhamento de práticas exitosas entre unidades judiciárias, contribuindo diretamente para o cumprimento do princípio constitucional da durabilidade do processo.

A Corregedoria Regional recomenda a identificação e a utilização dos mecanismos de cooperação previstos no artigo 6º da Resolução CNJ nº 350/2020, que incluem:

- Auxílio direto: Forma de cooperação em que um juízo ou órgão judiciário presta assistência direta a outro, sem a necessidade de remessa do processo.
- Reunião de processos: Estratégia para centralizar a tramitação de processos que compartilhem elementos semelhantes, permitindo maior eficiência e uniformidade nas decisões.

PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025.RCTS.JLGP: <https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>



- Prestação de informações: Garantia de acesso rápido e efetivo às informações necessárias para o desenvolvimento de atos processuais.
- Centralização de processos repetitivos: Agrupamento de casos com teses jurídicas idênticas para facilitar e agilizar a tramitação e julgamento.
- Prática de atos conjuntos: Realização de audiências, reuniões ou outros atos processuais em cooperação entre órgãos judiciários diferentes, sempre que for necessário integrar esforços.

Para mais informações, orientações detalhadas e pedidos de Cooperação deve ser acessado o portal do TRT14 por meio do link: <https://portal.trt14.jus.br/portal/servicos/cooperacao-judiciaria>.

O procedimento detalhado para registro da cooperação judiciária no sistema PJe está disponível no QRcode ao lado:



Para assegurar a rastreabilidade e o acompanhamento das ações de cooperação realizadas, recomenda-se que todos os atos de cooperação sejam devidamente registrados e comunicados ao Núcleo de Cooperação Judiciária. Essa prática é essencial para promover a transparência e garantir que as informações sejam integradas ao sistema DataJud, conforme os padrões estabelecidos.

22. REGISTROS DA UNIDADE



REGISTROS

Ao ser indagada, a unidade afirmou não haver outros registros a serem feitos.

23. RECOMENDAÇÕES DO CORREGEDOR REGIONAL

RECOMENDAÇÕES



23.1. RECOMENDAÇÕES AO JUÍZO:

- 1) Envide esforços para otimização do percentual de sentenças líquidas, tudo conforme o tópico 4.2.1;
- 2) Observe os corretos lançamentos referentes a sentenças que não se enquadram como líquidas, a exemplo dos autos números 0000215-91.2025.5.14.0031, os quais se referem a obrigação de fazer, bem como dos processos número 0000143-07.2025.5.14.0031, 0000186-41.2025.5.14.0031 e 0000275-64.2025.5.14.0031, nos quais não constou a quantificação de todas as verbas integrantes do título judicial, conforme consignado no tópico 4.2.1;
- 3) Busque a redução do prazo médio na fase de execução, conforme consignado no tópico 4.3.4;
- 4) Busque incrementar o desempenho da Unidade em relação às Metas do CNJ, consoante tópico 12.1;
- 5) Observe o correto procedimento de arquivamento definitivo dos autos, o qual deverá ser precedido de sentença nas hipóteses previstas nos incisos II, III, IV e V do artigo 924 do CPC, nos termos do tópico 4.3.5, “f”;



23.2. PROVIDÊNCIAS A SEREM ADOTADAS PELA SECRETARIA DA CORREGEDORIA REGIONAL

Expedição de memorando ao Juiz Diretor e ao Secretário do Polo Regional, noticiando acerca das constatações a seguir, bem como solicitando a adoção de providências cabíveis:

- 1) Existência de perícias pendentes de finalização, as quais requerem monitoramento a fim de que o ato pericial seja realizada em prazo razoável, nos termos do item 4.1.7.1;
- 2) Necessidade de conclusão da instrução processual para pagamento dos honorários periciais, notadamente em relação ao PROADs autuados para este fim, evitando que sejam devolvidos para ulterior regularização ou diligência, tudo nos termos no tópico 4.1.7.2
- 3) Adoção de providências para regularização das contas judiciais e recursais relacionadas ao Projeto Garimpo, nos termos do item 4.3.5, “f”;

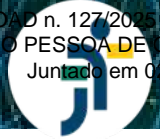
Outrossim, as orientações a seguir possuem caráter prescritivo, tem em vista que tem sido observadas pelo Polo Regional de Rio Branco, as quais também devem constar do supracitado memorando:

- 1) Atualização do valor das RPV's no mesmo mês de expedição da requisição de pagamento, conforme estabelece o Art. 50 da Resolução CNJ N° 303/2019
- 2) Juntada, nos autos do PJe, da documentação que demonstre a autuação e a quitação das respectivas RPs no sistema GPrec;
- 3) Em relação à expedição de precatório complementar, quando apurada a existência de diferenças em favor do credor, em decorrência de procedimento de revisão do precatório, este deve ser vinculado ao precatório principal para definição da modalidade de requisição, nos termos do Art. 23 da Resolução CNJ N° 303/2019 e do Art. 12-E da Resolução CSJT N° 314/2021, diante da vedação de expedição de RPV para pagamento de diferenças de precatórios;
- 4) Apuração de eventuais atrasos no pagamento das RPs e fiscalize o cumprimento das medidas executórias subsequentes, para efeito de sequestro e pagamento ao credor, em prazo não superior a 30 (trinta) dias, a contar do vencimento da requisição, não apenas por ser medida de gestão, mas também de transparência, devendo ainda zelar pelo correto lançamento dos dados de pagamento das Requisições de Pequeno Valor no GPrec;

23.3. RECOMENDAÇÕES PRESCRITIVAS AO JUÍZO

- 1) Promova a utilização de mecanismos de cooperação judiciária, nos termos do artigo 6º da Resolução CNJ nº 350/2020, primando pelo correto registro e pela comunicação dos referidos atos ao Núcleo de Cooperação Judiciária.
- 2) Adote providências para sensibilizar os magistrados, servidores e a sociedade acerca da importância da solução consensual dos conflitos, para fortalecer a atividade conciliatória e elevar o percentual de conciliações.





3) Remetam-se ao CEJUSC tão somente os processos que se mostrarem realmente passíveis de conciliação, excluindo-se desses casos autos que envolvam entes públicos, empresas em recuperação judicial ou litigantes sabidamente contrários à realização de acordos.

4) Em processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, providencie a marcação dos autos com o “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe, a fim de que seu conteúdo seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas.

5) Intensifique, quando pertinente, a utilização do Domicílio Judicial Eletrônico (DJe) nas notificações e intimações disciplinadas pela Resolução CNJ n. 455/2022;

6) Em processos que contenham temas relevantes ou apresentem características de valor histórico, providencie a marcação dos autos com o “Selo Acervo Histórico” no sistema eletrônico PJe, a fim de que seu conteúdo seja reconhecido e tratado como parte do patrimônio documental de relevância para futuras consultas e pesquisas.

24. AGRADECIMENTO E ENCERRAMENTO

ENCERRAMENTO

O Desembargador Corregedor e Vice-Presidente e os membros da equipe correccional agradeceram ao Juiz do Trabalho Titular, JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA e aos demais servidores(as) lotados(as) na unidade pela extrema cordialidade de todos(as) no curso dos trabalhos correccionais.

25. INFORMAÇÕES PELO GESTOR DA 1ª VARA DO TRABALHO DE ARIQUEMES/RO/RO



O Magistrado Titular da Unidade, ou quem ele designar, na oportunidade, deverá informar, de maneira detalhada, diretamente no PJeCor (Proc. nº 0000051-74.2025.2.00.0514), no prazo de 60 (sessenta) dias corridos, a iniciar-se da publicação desta Ata, o cumprimento das recomendações correspondentes.

Deverá o(a) gestor(a) responsável pela Unidade dar ciência da presente ata a todos(as) os(as) magistrados(as) que, porventura, venham nela atuar.

Ata assinada pelo Excelentíssimo Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo, Vice-Presidente e Corregedor do TRT da 14ª Região, pelo Juiz Auxiliar da Corregedoria, Antonio César Coelho de Medeiros Pereira, pelo Excelentíssimo Juiz do Trabalho Titular, JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA e pelo Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau, REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI.

Eu, Ilton Sebastião Alves Pequeno, Chefe do Núcleo de Acompanhamento das Correções Regionais, a lavrei.

PROAD n. 127/2025 DOC 537. Para verificar a autenticidade desta cópia, acesse o seguinte endereço eletrônico e informe o código 2025 RCTS JLCB: <https://proad.trt14.jus.br/proad/pages/consultadocumento.xhtml>





(assinado digitalmente)
Desembargador Carlos Augusto Gomes Lôbo
Corregedor e Vice-Presidente do TRT da 14ª Região



(assinado digitalmente)
Antonio César Coelho de Medeiros Pereira
Juiz Auxiliar da Corregedoria do TRT da 14ª Região



(assinado digitalmente)
JOSÉ CARLOS HADAD DE LIMA
Juiz do Trabalho Titular



(assinado digitalmente)
REGINALDO RIBEIRO LESTENSKI
Assessor-Chefe de Gabinete de 1º Grau

